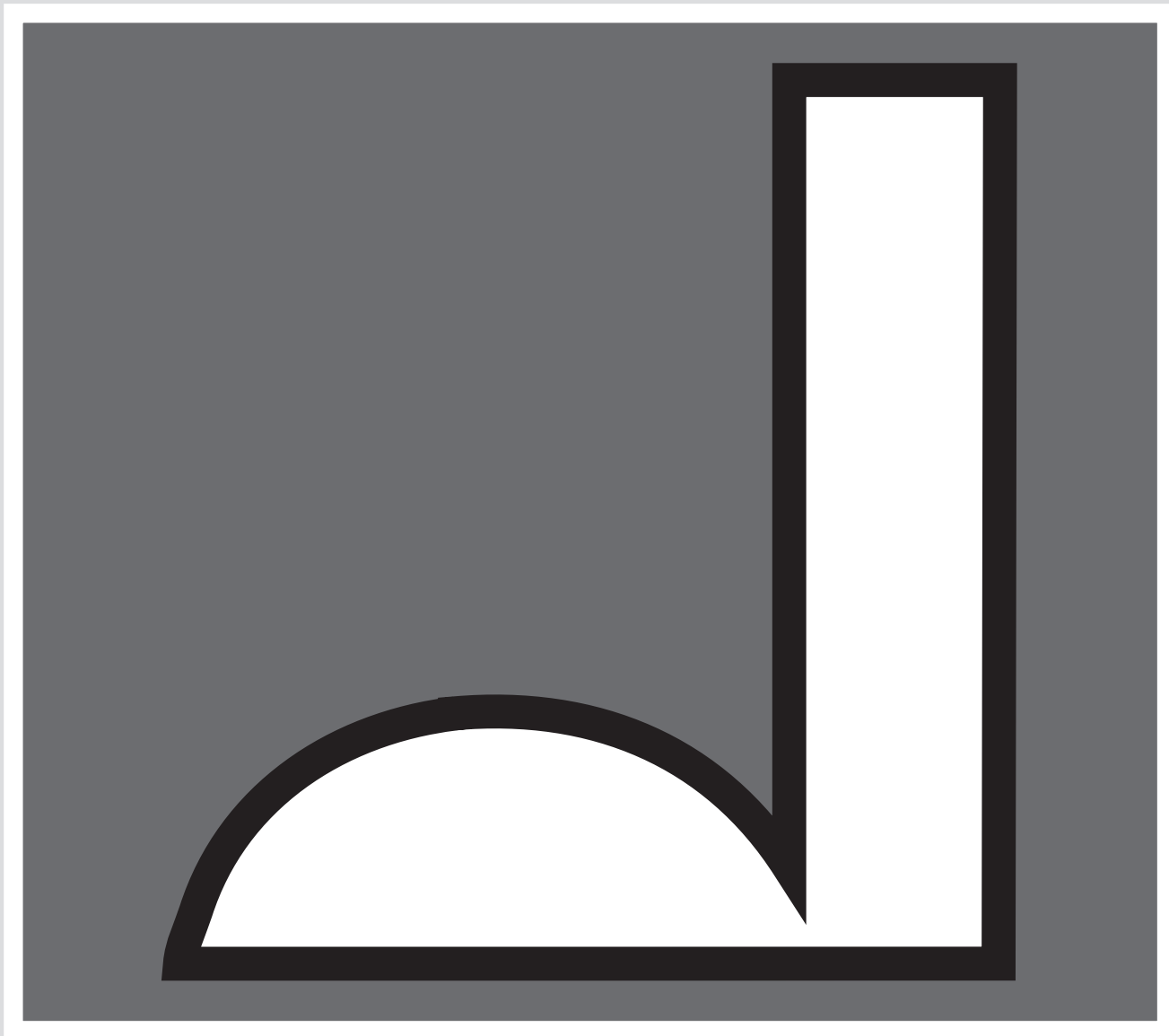




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 079 - SÁBADO, 11 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 515, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 447, de 28 de agosto de 2003, que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 516, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Telecomunicações Góis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 607, de 4 de dezembro de 2003, que outorga permissão à Empresa de Telecomunicações Góis Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 80ª SESSÃO ESPECIAL, EM 10 DE JUNHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil..... 19345

1.2.1 – Fala do Sr. Presidente Senador Renan Calheiros

1.2.2 – Oradores

Senador Cristovam Buarque..... 19346

Senadora Lúcia Vânia..... 19349

Senadora Heloísa Helena..... 19351

Senadora Serys Slhessarenko 19353

Senador Mão Santa 19359

Senadora Patrícia Saboya Gomes..... 19361

Senador Alberto Silva 19362

Senador Alvaro Dias 19363

Senador Marcelo Crivella..... 19363

Senador Paulo Paim (Art. 203 do Regimento Interno)..... 19365

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 75, de 2005..... 19367

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.512 a 2.531, de 2005. 19367

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 80ª Sessão Especial, em 10 de Junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Tião Viana, Paulo Paim e Cristovam Buarque

(Inicia-se a sessão às 10 horas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal pela passagem do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, nos termos do Requerimento nº 573, de 2005, do Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores.

Convido, para compor a Mesa dos nossos trabalhos, o Exmº Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lélvio Bentes Corrêa.

Convido também, para compor a Mesa, o Ilmº Sr. José Carlos Ferreira, Diretor Adjunto da Organização Internacional do Trabalho.

Convido também, para compor a Mesa, a Ilmª Srª Presidente da Missão Criança, Gladys Buarque.

Exmº Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Ilmº Sr. Diretor-Adjunto da Organização Internacional do Trabalho; Ilmª Srª Presidente da Missão Criança; Srªs e Srs. Senadores; senhoras e senhores convidados, a Organização Internacional do Trabalho instituiu o 12 de junho como “Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil”.

Ao oficializar a data, em 2002, o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, pediu o apoio de todos para construir um mundo livre do trabalho infantil, onde nenhuma criança fosse privada de ir à escola, de ter uma infância normal e saudável e onde os pais pudessem conseguir trabalhos decentes.

É justamente esse apoio que estamos reiterando nesta sessão solene, especial, muito oportunamente requerida pelo Senador Cristovam Buarque. A luta contra o trabalho infantil, especialmente aquele danoso à saúde e à moral de crianças e adolescentes, deve ser diária, cotidiana. E o papel do Parlamento nessa luta, como todos sabem, é muito importante e, digamos, insubstituível.

A Constituição Federal e a legislação trabalhista já colocavam limites ao trabalho infantil. Mas a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, foi, sem dúvida, um marco. A partir dele, ficou

consolidada a proibição do trabalho para menores de 14 anos, exceto na condição de aprendizes.

O vínculo formal com os empregadores é permitido depois que o adolescente completa 16 anos. Mas o trabalho noturno, em atividades insalubres e perigosas está vetado para menores de 18 anos de idade.

A aplicação do Estatuto não é simples. Muitas crianças trabalham em regime familiar, para complementar a produção e a renda doméstica, e a fiscalização no Brasil continua muito complicada.

Mas o Brasil, sem dúvida, já tem muito a comemorar. Os números do IBGE mostram que, nos últimos anos, o total de crianças entre 5 e 15 anos que trabalham caiu pela metade. Em 1995, elas eram 5,1 milhões. Em 2003, eram 2,7 milhões.

Esse resultado, Srªs e Srs. Senadores, se deve, em muito, aos trabalhos do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Foi ele que municiou com boas leis instituições como o Ministério Público do Trabalho, as Delegacias Regionais do Trabalho, as Varas judiciais da infância e da adolescência, entre outras instâncias públicas e entidades não-governamentais engajadas na luta contra o trabalho infantil.

O Ministério Público do Trabalho tem atuado em inúmeros lixões espalhados pelo País, nas carvoarias do Mato Grosso e de Minas Gerais, nas pedreiras de Goiás, nas salinas do Piauí, nos canaviais de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, nos laranjais de Sergipe e de São Paulo.

Alagoas, que tenho a honra de representar no Congresso Nacional, apesar de ser um pequeno Estado, é um dos que talvez tenha a mais proporcional participação no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Srªs e Srs. Senadores, cito apenas, como dizia há pouco, alguns dos locais onde o problema é mais sério. Na luta contra o trabalho infantil, o Ministério já instaurou mais de 4,5 mil procedimentos preparatórios ou investigatórios e firmou mais de 1,6 mil Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, além de entrar na Justiça com 58 ações civis públicas.

Também merece destaque o trabalho exaustivo de uma extensa rede de entidades e organizações não-governamentais na defesa de nossas crianças e adolescentes. Posso citar aqui, entre outras, a Andi, Agência de Notícias dos Direitos da Infância, a Fundação Abrinq para os Direitos da Infância e a ONG Missão Criança, criada em 1998, por iniciativa do Senador Cristovam Buarque, e que se notabilizou pelo programa Bolsa-Escola.

O Estado, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bem verdade, também tem se empenhado na luta pelos direitos da infância. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Peti, a que me referi há pouco, é um passo importante. Criado em 1996, ele atende hoje 930 mil crianças, que trocaram o trabalho na rua pela sala de aula.

Mas ainda, todos sabem, é muito pouco. O Programa precisa ser ampliado e a fiscalização deve ser mais rigorosa, mais eficiente, para que as crianças atendidas não acabem voltando às ruas em condições ainda mais degradantes.

Outro desafio é o trabalho infantil doméstico, ainda mais difícil de ser fiscalizado. Uma realidade que já atinge 1,2 milhão de crianças e adolescentes, de acordo com os últimos dados do IBGE.

E o mais grave: a exploração sexual, a pior forma de trabalho infantil, faz parte do dia-a-dia de milhares e milhares de crianças pelo País afora. Somente entre maio de 2003 e abril de 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos recebeu 9,5 mil denúncias.

Um problema que tem merecido a devida atenção do Congresso Nacional. Convém lembrar que a exploração sexual infantil foi tema, no ano passado, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito presidida pela Senadora Patrícia Saboya Gomes e relatada pela Deputada Maria do Rosário.

Iniciativas como essa são fundamentais. Mas, para acabar de vez com o trabalho infantil, é preciso enfrentar a base do problema: a miséria, a exclusão e a injustiça social. É preciso apostar no desenvolvimento econômico, gerar mais renda e gerar mais emprego.

Por isso mesmo, estamos empenhados em trabalhar em torno de uma Agenda de Crescimento, capaz de trazer mais estabilidade e previsibilidade à política e à economia, de garantir o equilíbrio das contas públicas e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País.

A desoneração da cesta básica e de tarifas públicas de serviços industriais de utilidade pública para classes de menor renda; o mapeamento de áreas sob risco social, para melhor direcionamento dos recursos públicos; a promoção de reformas orçamentárias que evitem o desperdício de verbas públicas; a inclusão previdenciária de trabalhadores informais, da dona-de-casa, mesmo a implantação de programas específicos;

a redução da taxa de juros e da carga tributária, esses são alguns pontos dessa Agenda de Crescimento que podem mudar o cenário brasileiro.

Durante a semana, falei muito sobre a possibilidade da implantação de um programa para a formalização do empregado doméstico no Brasil. Temos, no Brasil, algo entre 6,5 milhões e 7 milhões de empregados domésticos, a maioria sem carteira assinada. Seria muito importante que pudéssemos avançar, dando um incentivo à classe média, sobretudo para que ela pudesse formalizar esses empregados domésticos, como um abatimento no pagamento do seu imposto de renda. Claro que, com isso, teríamos uma diminuição na receita tributária, mas teríamos, como contrapartida, uma elevação na receita previdenciária, o que seria muito bom para o Brasil do ponto de vista da inclusão previdenciária e de programas específicos que, sem dúvida nenhuma, poderemos adotar.

Essa foi uma sugestão que levei para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Conversei muito sobre ela, anteontem, com o Ministro Palocci, a fim de que possamos avançar não apenas na defesa dessa agenda, mas, sobretudo, na defesa de programas que possam ajudar a fazer a inclusão social e a inclusão previdenciária no Brasil.

Já aprovamos a reforma tributária no Senado Federal. É uma reforma sistêmica, com começo meio e fim, que está tramitando na Câmara dos Deputados. É importante, para atingirmos esses objetivos citados, que avancemos também com relação à reforma tributária na Câmara dos Deputados.

Um cenário em que não podem mais caber, definitivamente, distorções tão graves como a exploração sexual e o trabalho infantil. Precisamos apostar numa ação integrada entre os três níveis de Governo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a sociedade civil, em torno de uma agenda de crescimento, de uma agenda positiva de desenvolvimento. Dessa forma, poderemos resgatar para as nossas crianças um direito básico, o direito à infância.

Destaco e agradeço a presença da Dr^a Sandra Amaral de Oliveira Faria, representante da Fundação Abrinq. Em seu nome, gostaria de, mais uma vez, cumprimentar a todos os convidados que representam nesta sessão especial, solene, convocada por requerimento do Senador Cristovam Buarque, as entidades que ajudam sobretudo o Congresso Nacional nesta luta.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, autor do requerimento, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, inicialmente, agradeço a V. Ex^a a presença por estar nesta manhã prestando

esta homenagem a essas crianças que hoje trabalham no lugar de estudar. É preciso dizer aos que aqui estão que a sua presença é uma deferência, porque não seria normalmente, regimentalmente necessária. Agradeço bastante a V. Ex^a a presença e, em seu nome, cumprimento todos os que fazem parte da Mesa.

Encontram-se presentes hoje algumas crianças, mas algumas são especiais. Cito o nome, em primeiro lugar, de Virgílio, um menino que há dez anos tinha doze anos. Hoje está aqui como jovem. Ele dividia a sua infância entre as esporádicas idas à escola e o trabalho infantil nas ruas do Paranoá. Engraxou sapatos e fez trabalhos que deveriam ter sido feitos por adultos.

Aqui está também Jorge Luiz, morador do Paranoá, que há dez anos era um garoto de 14 anos que passava pelas mesmas agruras do Virgílio. Os dois foram vítimas do descaso, da indiferença e da perversidade com que a sociedade trata, complacentemente, o trabalho infantil urbano.

Aqui está também a Cristiane, que há cinco anos tinha treze anos. Todas as manhãs, sem tomar o café, com os pés descalços caminhava cinco quilômetros do casebre onde morava até a escola onde cursava a 6^a série, em Formosa.

Está também Mara, uma adolescente com 14 anos que, na época, cursava a 8^a série, mas, pressionada pelas necessidades de sobrevivência, foi obrigada a ingressar prematuramente na vida produtiva.

Hoje Virgílio é estudante do Terceiro Grau. Cursa o quarto semestre do curso de Segurança da Informação e é o gerente de tecnologia de uma empresa de informática. Jorge continuou estudando, cursou inglês e hoje é comissário de bordo de um jatinho da FAB, Força Aérea Brasileira, que serve aos Ministros em nosso Governo. Mara fez um curso de aperfeiçoamento em informática, trabalha hoje como secretária e é estudante de Pedagogia na Universidade Estadual de Goiás. Cristiane, hoje com 18 anos, está concluindo o ensino médio e prepara-se para o vestibular da Faculdade de Direito na Universidade Estadual de Goiás.

Esses quatro foram salvos do trabalho infantil graças ao Programa Bolsa Escola. Hoje estão aqui não como crianças, mas como pessoas que deram um salto, que saíram de um destino que provavelmente seria absolutamente marginal, salvo raras exceções obviamente, para um trabalho integrado, por meio dos estudos.

Isso se deve no Brasil, nos últimos anos, ao Governo ainda do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao Governo do Distrito Federal, que tive a honra de dirigir, aos diversos prefeitos e governadores do Brasil inteiro, que foram, pouco a pouco, implantando programas e transformando uma realidade trágica em

uma realidade saudável para as crianças brasileiras. Lamentavelmente, o que estamos fazendo é devagar demais, e milhões estão se perdendo ainda por falta de uma ação mais rápida, mais efetiva.

Vejo pessoas que foram envolvidas nisso, como a Senadora Lúcia Vânia, como o meu amigo Osvaldo Russo, que, hoje, dirige o programa que cuida do Bolsa Família. Posso dizer que nós, ela, Russo, eu e outros que aqui estão, fazemos parte de um grupo que não assistiu calado à realidade vergonhosa do trabalho infantil e lutamos para que isso fosse superado. Mas não temos muito o que comemorar enquanto esse problema não for resolvido para a totalidade das crianças brasileiras.

Daqui, lutamos também pelas crianças de fora do Brasil. Hoje ainda são 250 milhões de crianças que trabalham no lugar de estudar, no mundo inteiro, um número que precisaria de programas que o Brasil mostra que funciona e de uma parcela mínima dos US\$40 trilhões, que é a renda mundial. Ainda mais: bastariam apenas 13% do que os países pobres pagam, anualmente, sobre o conceito da dívida externa aos países ricos, aos seus bancos – 13% apenas –, para resolver, de uma vez por todas, essa coisa que vem do passado e que se perpetua no mundo de hoje chamada trabalho infantil.

Não podemos comemorar aquilo que fizemos, embora o tenhamos feito. Temos que ter a consciência de que estamos agindo contra o trabalho infantil com a mesma velocidade com que atuamos na luta contra a escravidão. Passamos 300 anos com a escravidão legitimada, aberta e permanente. De repente, começamos uma luta proibindo tráfico, depois houve a Lei do Ventre Livre e outra lei que permitia que os sexagenários fossem libertados. Foram 70 anos entre o começo da luta contra a escravidão e a sua conclusão, em 1888. Será que vamos esperar 70 anos entre o começo da ênfase na luta contra o trabalho infantil e a conclusão desse esforço? Não temos o direito de sacrificar três gerações que seriam aquelas que durariam 70 anos.

Há, sim, a possibilidade de esse assunto ser resolvido de uma maneira rápida se o Brasil inteiro se unir em torno dele, mas, lamentavelmente, ainda não estamos unidos. No Governo, a preocupação com o trabalho infantil está dispersa em quatro órgãos, sem falar no Ministério da Educação, que, por incrível que pareça, de acordo com a legislação brasileira, não tem relação com o trabalho infantil, pois só tem que se preocupar com aqueles que já estão na escola e não com aqueles que nela não entraram ainda.

Sugiro que o Presidente Lula – bastava Sua Excelência, mas talvez seja necessário ainda um Presidente

– diga: trabalho infantil é inadmissível num país decente no século XXI. Em nome disso, o nosso Presidente, o Congresso e o Judiciário, todos juntos assumiríamos não apenas esses compromissos formais assinados todos os anos e não cumpridos, mas uma vontade ferrenha de resolver o problema. E se essa vontade vier, a primeira coisa que o Governo precisa fazer é definir um coordenador central incumbido de carregar com toda a força a solução do problema. Enquanto houver o Ministério do Trabalho preocupado em impedir que firam a lei que proíbe o trabalho infantil, querendo às vezes regularizar, às vezes proibir; enquanto houver o Ministério do Desenvolvimento Social financiando programas como o Bolsa-Família; enquanto houver o Ministério da Educação sem se envolver plenamente no assunto; enquanto tivermos isso disperso, o problema não será resolvido. O problema só será resolvido quando houver um encarregado neste País de resolver o problema do trabalho infantil.

Além disso, deve haver um prazo. Não é possível que continuemos trabalhando com todos os problemas do povo sem prazo para resolver: a alfabetização com programas e não com metas de erradicação do analfabetismo; o trabalho infantil com programas e não com metas para resolver o problema. No que se refere à economia, marcamos prazos e cumprimos, assim como ocorre na construção de uma represa, como Itaipu, que teve prazo para começar e para terminar, e havia os recursos necessários. Não há prazo para acabar com o trabalho infantil; não há prazo para acabar com o problema do analfabetismo de adultos; não há prazo para que todas as crianças recebam educação até o final do ensino médio.

O Governo Lula precisa, de imediato, definir que esta deve ser sua meta. No início, eu defendia que isso fosse para o primeiro mandato. Tenho dúvidas, agora, se será possível, em um ano e seis meses, fazê-lo, sobretudo iniciando o Programa de forma enfática apenas agora. Sua Excelência tem que tentar fazer isso com o nosso apoio.

O segundo ponto é vincularmos o fim do trabalho infantil à educação. Não basta retirar a criança do trabalho, jogando-a na ociosidade. Lugar de criança não é apenas fora do trabalho. Lugar de criança é na escola!

Para isso, é preciso que, na luta contra o trabalho infantil, o Presidente da República se decida a dar um passo que deixamos de dar, ou seja, voltar a federalizar a educação básica no Brasil. Criança é um problema, um fenômeno, uma necessidade nacional, e não municipal. Lamentavelmente, nas últimas décadas, estabeleceu-se que ensino universitário é uma questão federal e o básico, que diz respeito à criança, é uma questão municipal. A consequência está aí.

A diferença entre alguns Municípios ricos e pobres é de 30 vezes. Como deixar que uma criança participe, com o seu nascimento, de uma espécie de loteria? Se nascer em uma cidade, receberá boa educação; se nascer em outra, receberá educação de má qualidade. É preciso que o Governo Federal diga que educação básica é uma preocupação e uma responsabilidade da República brasileira, e não do Município A, B ou C.

Se fizermos isso, será fácil definir metas para cada um dos objetivos da educação, desde que, Sr. Presidente, complementemos com uma Lei de Responsabilidade Educacional no País.

Um dos grandes avanços da administração pública brasileira foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, que apoiei desde o primeiro momento, iniciada no Governo anterior, pois não devemos ter Prefeitos irresponsáveis no Brasil. Mas por que não podemos ter Prefeitos irresponsáveis nas finanças e toleramos Prefeitos irresponsáveis na educação?

Vamos complementar a Lei de Responsabilidade Fiscal com uma Lei de Responsabilidade Educacional. Dessa forma, o Prefeito será obrigado a pagar aos bancos, mas também será obrigado a manter as bancas das escolas funcionando bem. Atualmente, um Prefeito que não paga aos bancos torna-se inelegível, mas um que fecha escolas continua elegível. Uma Lei de Responsabilidade Educacional que obrigue cada Prefeito, Governador e o Presidente da República a cumprir metas educacionais, ao lado da federalização da educação, permitiria não apenas retirar as crianças do trabalho, mas colocá-las também na escola, que é o lugar delas.

Olho para as crianças aqui presentes e penso: que bonito vê-las com seus uniformes, sabendo que estão protegidas! Por que não fazer isso com as outras crianças do Brasil? Foi com esse intuito, Sr. Presidente que eu e um grupo de Senadoras e Senadores, entre os quais vejo as Senadoras Heloísa Helena, Patrícia Saboya Gomes, Serys Slhessarenko, Fátima Cleide e os Senadores Paulo Paim e João Capiberibe, convocamos esta sessão a fim de que não passe despercebida esta data em um País que não se conforma em ter dado o primeiro passo no Século XXI em tantas áreas e ter deixado um pé no Século XIX no que se refere ao trabalho infantil.

Ainda é tempo, Sr. Presidente. Temos a obrigação de fazer o nosso papel. Nesta sexta-feira, com um evento; nos próximos dias, com luta, com trabalho, a fim de que o Brasil possa se orgulhar.

Lugar de criança é na escola!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente; Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lélío Bentes; Sr^a Presidente da Missão Criança, Gladys Buarque; Diretor-Adjunto da Organização Internacional do Trabalho, José Carlos Ferreira; Dr. Osvaldo Russo, Secretário Nacional de Assistência Social; Sandra Amaral, da Fundação Abrinq; Senadora Serys Slhessarenko, aqui presente, cumprimento o Prefeito de Cidade Ocidental, Plínio Araújo, e a Primeira-Dama, Gisele Araújo, por meio de quem cumprimento todos os Prefeitos e organizações não-governamentais aqui presentes. Faço um destaque especial a Cisélia Sena, coordenadora do Peti, em Formosa, Município do meu Estado. Naquela cidade, cerca de mil crianças participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Posso afirmar, com certeza, que Formosa é uma cidade do Estado de Goiás onde não existe uma só criança sem escola e sem participar do Programa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, participar desta sessão solene destinada a comemorar o Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil tem um grande significado para mim.

A expressão “erradicação do trabalho infantil”, mais do que uma marca, é a expressão de uma triste realidade a ser superada em nosso País.

Uma realidade tão chocante que, em 1996, quando o Governo Fernando Henrique Cardoso dava seus primeiros passos,urgia que o assunto passasse a fazer parte da agenda social do País, como meta prioritária do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Os meios de comunicação nacionais e internacionais colocavam dentro dos nossos lares feições de crianças e adolescentes que traziam no olhar o tom da desesperança. Que eram, de fato, a perfeita representação da nossa derrota enquanto sociedade que se pretendia democrática e justa.

Naquele ano de 1996, quando a Secretaria Nacional de Assistência Social, da qual eu era titular, iniciou o combate ao trabalho infantil, talvez nem tivéssemos idéia do alcance da missão que estávamos começando a empreender.

A Secretaria já recebera, naquela ocasião, informações fornecidas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil sobre a exploração de crianças e adolescentes em carvoarias de Mato Grosso do Sul.

Havia denúncias internacionais a respeito da exploração de menores, não apenas no Brasil, mas em muitos outros países.

Era urgente que encontrássemos um caminho, no âmbito de governo, para vencer um problema que

a princípio parecia insolúvel. Era um desafio tanto para o Governo quanto para a sociedade.

Confesso que, ao chegar às carvoarias de Mato Grosso do Sul, vi ali um quadro inimaginável: crianças trabalhando em fornos, queimando carvão, debaixo de uma temperatura de mais de 40º; crianças que nunca tinham tido a oportunidade de ver um céu azul ou a alegria de um brinquedo.

Aquela realidade me chocou. Fomos para o interior da carvoaria e começamos a estudar o que era aquilo ali, que cadeia envolvia aquele trabalho. Convoamos as montadoras de automóveis, as beneficiárias últimas do carvão. Fizemos uma reunião lá dentro das carvoarias, para que eles sentissem a gravidade do problema, não só com a criança, mas também com o trabalhador em regime de trabalho escravo.

A situação era tão grave que sensibilizamos aquelas montadoras. Começamos a ensaiar um pacto entre Governo, sociedade, empresários, no sentido de não mais comprar nada que envolvesse o trabalho infantil. E, ali, começamos o trabalho.

Ao colocar as crianças na escola, deparamo-nos com a dura realidade: as escolas da zona rural estavam totalmente incapacitadas para receber aquelas crianças. Elas eram tão sem atração que, muitas vezes, as crianças preferiam voltar para o trabalho a estar naquela escola sem motivação, cujos professores, muitas vezes, sabiam menos que os seus próprios pais.

Convocamos a Unicef e obtivemos sua parceria para o primeiro passo: capacitação dos professores. Iniciamos o trabalho, levando as crianças para a escola. Mas qual foi a nossa surpresa? A criança, de manhã, estava na escola, mas, à tarde, quando o Ministério do Trabalho voltava para fiscalizar a carvoaria, a criança estava novamente no trabalho. E aí sentimos que o problema era muito mais complexo. Começamos, então, a pensar em fazer um trabalho com as famílias, para que elas entendessem a importância de seus filhos estarem na escola, e, a partir daí, tornar essas famílias nossas parceiras.

Fizemos um trabalho, em primeiro lugar, com os pais trabalhadores, ensinando ações de higiene, de limpeza da casa, enfim, uma série de ações para levantar a auto-estima da família. Ao mesmo tempo, iniciamos um processo perante o Ministério do Trabalho para que esses trabalhadores tivessem carteira assinada, porque até então não o tinham. Ao fazer o trabalho com a família, entendíamos que, naquele momento, ela não tinha condições de dar alimentação para a criança. Então, levamos a criança para a escola o dia todo. Na parte da manhã, era o ensino regular; à tarde, ela desenvolvia suas habilidades por meio do esporte, da música, enfim, de uma série de atividades. Era o que chamá-

vamos de jornada ampliada. Esse trabalho começou a ter os primeiros resultados, com o apoio indispensável, na ocasião, da Unicef, da OIT, de todas as entidades não-governamentais, envolvendo Governo, Prefeitos Municipais, enfim, toda a comunidade.

Não sou educadora, mas, pela minha vivência, acredito, Sr Presidente, que nenhum trabalho social pode ter resultado se não for apropriado pelo Município. A centralização do trabalho de qualquer programa social, na minha visão, é um desafio que temos que enfrentar. Descentralizar é muito difícil porque a centralização demanda controle, fiscalização, acompanhamento. Demanda uma coisa muito importante, que é tirar o poder político dos programas sociais. Isso é o grande desafio.

Quero aqui, respeitosamente, discordar do nobre companheiro Senador Cristovam Buarque, educador, que acha que a educação básica tem que ser federalizada. Pela minha experiência prática, Senador, eu acho que ela tem que ser centralizada na coordenação, na fiscalização, no acompanhamento e no financiamento, como diz agora V. Ex^a com razão, mas a execução tem que ser feita pelos Prefeitos, pelos Municípios, para que possamos ter um resultado.

Mas saímos das carvoarias de Mato Grosso do Sul e fomos para os canaviais de Pernambuco. Lá encontramos 100 mil crianças nos canaviais; 100 mil crianças que nunca tinham ido à escola. Lá implantamos o mesmo trabalho, com o fórum, com toda a mobilização da sociedade.

Saímos de Mato Grosso, fomos à Bahia, onde encontramos crianças desfiando sisal. Muitas delas perderam os dedinhos e as mãos na máquina para desfiar o sisal. Ali também fizemos o trabalho.

Fomos aos garimpos de Rondônia, às salinas do Rio de Janeiro, às pedreiras da Bahia. Enfim, fomos nos lugares mais tristes deste País, onde nós pudemos encontrar um quadro que envergonha qualquer brasileiro.

Felizmente, o programa começou a funcionar, e nós entendíamos que, para que as famílias pudessem ter tranquilidade, precisávamos ter uma bolsa. Essa bolsa foi entregue, mas, em momento nenhum, a centralidade do programa estava na bolsa. Em todos os momentos, a centralidade do PETI é a educação, é levar à escola as criança dos grotões cujos pais nunca as matricularam em estabelecimentos de ensino.

Fizemos esse trabalho ali, mas hoje tenho tanta tristeza quanto à externada pelo Senador Cristovam aqui. Passaram-se dez anos. Começamos o programa com uma meta modesta, para formular um programa que fosse mais acertado, para ser interpretado pelos Municípios. Mas deixamos o Governo com oitocentas mil, quase novecentas mil crianças no programa. Passaram-se dois anos, e a meta permanece a mesma. E temos muito re-

ceio, porque acredito que nenhum programa social, por mais importante e bem formulado que seja, não pode deixar de ter acompanhamento, fiscalização e avaliação. Infelizmente, não vejo esse acompanhamento.

Tínhamos, no Ministério do Trabalho, uma equipe especializada em fiscalizar apenas o trabalho infantil, pela especificidade dessa matéria. Essa equipe foi dissolvida neste Governo. A fiscalização, o acompanhamento são fundamentais para o sucesso do programa. O acompanhamento da criança na escola é fundamental, porque o objetivo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é garantir o acesso, a permanência e o sucesso da criança na escola. Hoje, ainda temos estatísticas cruéis, ainda estamos muito longe, como foi colocado aqui, de chegar ao que poderia nos trazer alegria. Embora tenhamos a clareza de que o programa caminhou, teve resultado, junto com o Bolsa Escola, que depois também se expandiu, eu sempre dizia, mesmo à época do Governo Fernando Henrique, que o Bolsa Escola precisa ampliar a jornada das crianças, cuja renda seja de um salário mínimo ou pouco mais do que isso, na escola, porque é a única forma de tirar a criança da rua. Infelizmente o Bolsa Escola ainda não é feito dessa forma. Alguns Municípios, por iniciativa dos prefeitos, têm se esforçado no sentido de manter as crianças do Bolsa Escola na jornada ampliada.

Mas eu quero comemorar os resultados que já tivemos. Não são grandes, mas indicam que estamos no caminho certo. Isso eu pude comprovar quando estive com D. Ruth Cardoso em Bruxelas, na Bélgica, numa conferência da Organização Internacional do Trabalho, e a formatação do nosso Programa de Erradicação do Trabalho Infantil serviu de parâmetro para vários países. O Peti, durante o Governo Fernando Henrique, recebeu cinco prêmios do Unicef e, no final daquele Governo, recebeu o prêmio da ONU como o grande esforço do Governo para erradicar o trabalho infantil.

Por fim, quero dizer da nossa alegria em poder estar hoje falando sobre isso. Eu tenho muito orgulho e nenhum receio de dizer que, no meu Estado, Goiás – os senhores podem visitar os Municípios e ficarão surpresos –, os prefeitos se apropriaram do projeto, mesmo sem acompanhamento, fiscalização e avaliação, e esse trabalho se mantém. Se a bolsa ou os recursos não chegam, os prefeitos bancam o projeto porque entenderam a importância da sua colaboração nesse trabalho.

Deixo aqui a todos aqueles que colaboraram e estão colaborando e àqueles que coordenam esses programas os meus cumprimentos, porque sei que o sucesso do Peti não está no repasse de recursos que o Governo Federal faz aos Municípios. O sucesso do Peti está na sua coordenação, nas monitoras capacitadas para isso, na dedicação, no carinho daqueles que

atravessaram dificuldades, enfrentaram barreiras, mas entenderam, com sua criatividade, que era preciso improvisar e fazer o melhor. Portanto, a esses e a essas abnegadas coordenadoras, meus cumprimentos por esse trabalho. Às professoras, que têm acompanhado as crianças com tanto carinho, exigido a frequência na escola, nossos cumprimentos, e a todos que aqui estão também meus agradecimentos.

Antes de encerrar, gostaria de dizer que apresento hoje um projeto de lei estabelecendo o Dia Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil para que o Brasil também se engaje nessa luta como um todo, não apenas os Municípios isoladamente, mas que seja este um dia em que o Brasil inteiro pare para refletir e para ajudar a mudar essa feição tão triste com a qual ainda convivemos.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente, pela Sra. Serys Slhessarenko, 1ª Suplente de Secretário, e Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Dando continuidade à Sessão Especial pela passagem do Dia Mundial da Erradicação do Trabalho Infantil, concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, do P-SOL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Primeiro, quero saudar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa, abraçar e saudar a presença de todas as autoridades, dos representantes das forças vivas da sociedade que conosco partilham este momento tão especial no Senado da República. Claro que a conjuntura nacional tem sido muito vinculada ao combate à corrupção, algo que é extremamente importante de se fazer porque quando os delinquentes de luxo, ao parasitar o espaço público, saqueiam os cofres públicos, eles saqueiam também os recursos destinados a minimizar a dor, o sofrimento e a tortura implacável de milhares de crianças e pais de famílias do nosso País.

Eu conversava com o Senador Cristovam Buarque, com o Senador Paulo Paim e com a Senadora Lúcia Vânia e dizia que, todas as vezes em que olho para este cartaz, que mostra os pezinhos de várias crianças submetidas ao trabalho e pergunta “Para onde caminham estes pés?”, sempre fico tentada a responder que caminham na direção do que elas trazem nas mãos. Se elas trazem nas mãos o lápis e o livro, eles têm um destino; se elas trazem nas mãos a

enxada, o *crack*, a arma, eles têm outro destino, completamente diferente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma frase formuladora para dizer qual é a saída talvez fosse: emprego para os pais e escola para os filhos. Talvez fossem todas as ações concretas e eficazes, toda a disputa orçamentária que não é apenas colocar recursos no Orçamento, mas brigar, de forma implacável, para que a liberação de recursos não seja um verdadeiro balcão de negócios sujos para agradar uma ou outra personalidade política, mas tudo isso que faz parte do Congresso Nacional. Por quê? Porque as frias estatísticas oficiais apresentam histórias de vidas que estão sendo destruídas, histórias de vidas destruídas das nossas crianças brasileiras.

Nesse sentido, fiz questão, com o que eu me lembro e com o que vivenciei, de trazer um pouco da experiência, assim como a Senadora Lúcia Vânia fez, em relação ao ambiente onde essas crianças estão.

Quem já foi a uma carvoaria sabe o que é: é o barraco de lona, é o ambiente sufocante, é aquela rotina de enche forno, tira forno; carregam imensos balaio de carvão para ensacar, é aquele gancho, aquele garfo enorme de ferro que, muitas vezes, é muito maior do que todas as crianças que estão lá separando as pedras de carvão. São crianças jogadas dentro de um imenso buraco negro que mais parece a cratera de um vulcão.

No canavial, no canavial também da minha querida Alagoas, são as menininhas e os menininhos que acordam às quatro horas da manhã, na madrugada, quando os nossos filhos estão dormindo, aquecidos. E eles vão para a caldeira: é a pele inchada, é o calor de 60º, é o corpo todo marcado de queimaduras, é o menino cambiteiro na poeira, na palha cortante, no calor, na pressão, pés descalços, roupa velha, os meninos e meninas da cana-de-açúcar, que de doce tem apenas o nome e a riqueza dos usineiros. As crianças com seus acidentes mutiladores, com a foice, com o facão, com a enxada.

As crianças do serviço doméstico, as menininhas que servem quase que de brinquedo, como o brinquedo que elas não têm. E fazem todo o trabalho exaustivo, repetitivo, as menininhas trabalhadoras domésticas, que são usadas para iniciação sexual dos filhos dos donos da casa. E é por isso que uma das coisas, Senador Paulo Paim – a Polícia Federal está fazendo uma operação em Alagoas para prender alguns ratos de terno e gravata que roubam merenda escolar – pelas quais eu mais estou brigando, e pressionando, é para prenderem os outros. Porque, infelizmente, aqueles prefeitos ou amigos de prefeitos que, no meu Estado, roubaram merenda escolar, os que patrocinam pedofilia, Senador Tião, estão soltos, porque têm padrinhos

políticos mais fortes e mais poderosos. Então, é essencial prendê-los, porque, além de roubar a merenda das crianças, além de roubar a sua dignidade, a sua sexualidade, ainda permanecem soltos. Isso é absolutamente desprezível e deplorável.

As crianças que estão nas plantações, mãos infantis marcadas pelo ácido da laranja, crianças que, muitas vezes, bem pequeninhas, de um ano, dois anos, estão lá se rastejando nas plantações porque a mãe não tem onde deixar o filho, não tem a creche, não tem a escola para deixar o filho. São essas mesmas crianças que estão aplicando veneno, colhendo folhas para o chá, colhendo frutas, semeando e plantando o que elas nunca vão poder comer. Às vezes, quando elas conseguem se desviar rapidamente do olho do gerente que esta lá na plantação, elas limpam na sua roupinha pobre, suja, aquele veneno branco que fica ao redor do tomate e comem apressadamente, porque elas não têm nem o direito de comer. Elas estão lá. Chegam cedo, enchem o máximo de caixas. É uma dor nas costas tão grande que, quando chegam em casa, nem paciência, nem tolerância, nem saúde para fazer algo relacionado à escola elas têm mais.

As meninas e os meninos que trabalham nas louças e porcelanas, com suas mãozinhas delicadas, fazem aquelas louças tão bonitas, que, certamente, na sua casa, jamais uma delas entrará. Quando se entra no ambiente de fabricação das louças, vê-se aquele pozinho fino e branco, aparentemente delicado. Como sabe V. Ex^a, Senador Tião Viana, esse é o pó da sílica, que depois estará petrificando os alvéolos pulmonares, cortando a respiração de quem os inala. E quando, de tal forma, corta a respiração, jeito já mais não há para superar a doença.

As meninas e os meninos das olarias, produzindo as cerâmicas, estão lá alimentando o moinho de argila, sobrepondo os tijolos na esteira, mantendo a lenha no forno, carregando cimento e pedrisco na betoneira, levando, em pesados carrinhos de mão, os blocos para secar; estão lá britando pedras, talhando paralelepípedos, vendo os cartuchos de pólvora para fragmentar a pedra, com tal violência e força, que solta lasca para todos os lados, e elas inalam todo o tempo o pó que, com certeza, as mutilarão para o resto da vida.

As crianças do fumo. O suco do fumo colando na pele. Estão lá, amarrando em manocas, transportando fumo para secar na estufa, contaminando-se com agrotóxico, colhendo, com dor implacável, aquelas folhas de fumo que ficam lá embaixo, nas baixeiras. E, quando elas chegam em casa, a dor é tamanha que elas não conseguem nem sequer dormir direito.

As crianças pelas madrugadas, para distribuir jornal. E aí elas dormem na rua, porque têm que dor-

mir na rua para não perder o ponto de venda. E, muitas delas, quando dormem na rua, o travesseiro é um amontoado de jornal, das informações a que elas nunca vão conseguir ter acesso, conquistar o conhecimento, porque a maioria delas também não consegue aprender a ler.

As crianças dos lixões. Às vezes, disputando o que comer nos lixões, as crianças começam logo a aprender qual é o material que o deposeiro valoriza. Então, a criança já sabe o que é que serve, quanto custa a latinha de cerveja ou de refrigerante, quanto é que custa a garrafa de plástico branca ou colorida.

As crianças que vão correndo atrás dos blocos de Carnaval, quase que desesperadamente, para conseguir juntar um maior número de caixinhas.

As crianças que estão lá no mau cheiro insuportável, na combustão do lixo, entre milhares de moscas, cortando os pés, as mãos, sofrendo quedas, atropelamento dos tratores, humilhações as mais diversas. As meninas que estão lá, sonhando achar uma linda boneca no meio do lixo.

As crianças das florestas da região do Senador Tião Viana, que tantas vezes já disse nesta Casa o quanto se emocionou de ver uma criança de três anos de idade quebrando castanha, com os olhos queimados pelo óleo da castanha. As crianças que estão lá, deslizando nas florestas, são tão rápidas deslizando nas florestas que, dizem alguns, parecem até os duendes da floresta, porque elas vão rapidamente, fazem as estrias para fazer o sulco nas florestas, põem lá rapidamente o saco plástico, para que consigam o mais rápido possível fazer a resina escoar. Depois, elas estão com as mãos grudentas de tanta goma e do ácido que é usado para passar nas áreas e fazer a resina descer com mais rapidez. Depois, elas usam óleo diesel para limpar a mão, retirar a resina. E ficam lá, com as mãozinhas marcadas, quase que para sempre, as mãos grudentas da goma.

As meninas e meninos das fábricas de sapato, cheiradores oficiais de cola. No início, sentem dor de cabeça, tontura, uma fraqueza muito grande. Às vezes, euforia no primeiro momento; depois, marcas implacáveis no sistema nervoso e imunológico, que carregarão para sempre. Algumas estão lá fazendo belos pespontos, trançados, lixando, e a mãe diz: "É melhor furarem os dedos, Heloisa, do que ficarem sendo maconheiros nas ruas." Como se o destino dessa criança pobre fosse sempre esse, ou o quartinho de empregada, ou vender o corpo por um prato de comida ou estar nas ruas sendo tragado pelo narcotráfico.

As crianças do sisal, como bem lembrou a Senadora Lúcia Vânia, sei o que é. O meio do pó asfíxiante, aquela coceira insuportável que dá, carregando as folhas

de sisal, as folhas que fazem arranhões, muitas vezes para sempre, por causa das folhas cortantes, as fibras descascadas que botamos para estender, para secar. Muitas perdem a mão no motor, o dedinho no motor, porque o botador que opera a máquina nem sempre é um adulto. E elas estão lá, catando buchas, amarrando fibras e faltando o fôlego. Às vezes, falta tanto o fôlego que, no outro dia, elas não conseguem voltar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas pessoas perguntam: como é que essas crianças agüentam? Por ser a sociedade tão desumana, também as pessoas vão se desumanizando. Qual a criança que não gostaria de ter um brinquedo bonito? Qual a criança que não gostaria de manusear as páginas delicadas de gravuras lindíssimas e maravilhosas? Tantas crianças que estão aí produzindo verniz, tinta, tantas outras resinas que estarão ilustrando as gravuras que os nossos filhos poderão ver, e a grande maioria das crianças nunca poderá tocar.

Fórmulas mágicas nem necessárias são. Precisa é do Estado: o Estado brasileiro, as forças vivas da sociedade, as organizações da sociedade para possibilitar isso. Talvez nem necessário fosse nenhuma fórmula mágica, mas existe algo que é absolutamente concreto: quais as alternativas que buscaremos para fazer? Elas já existem, não precisam de nenhuma fórmula mágica, de nenhum projeto faraônico, nada. O que tem de conhecimento acumulado já é o suficiente para que possamos dizer: a saída é simples. Não é fácil porque, muitas vezes, as políticas econômicas dos países preferem encher a pança dos banqueiros, não conter a voracidade do capital financeiro, enquanto promovem dor, miséria, desemprego e sofrimento para a grande maioria dessas crianças.

E, como disse certa vez um grande filósofo, há muito tempo, quando perguntamos por que essas crianças não choram, talvez a resposta esteja lá. O filósofo dizia que a dor moderada solta as lágrimas. A dor grande e profunda as enxuga. Congela. Seca.

Espero que não precisemos ficar vendo mais lágrimas, dor e sofrimento das nossas crianças submetidas às mais desprezíveis e deploráveis formas de massacre da sua dignidade como criança. Como nós já dissemos várias vezes nesta Casa, a infância roubada não pode ser substituída. Nunca ela vai ser substituída. Em qualquer outra fase da vida, se não conquistamos o que queremos, em outro momento a realidade objetiva pode até possibilitar a conquista. Mas a infância não pode ser restituída em nenhuma outra fase da vida. A infância perdida, a infância roubada jamais poderá ser restituída na alma, no coração e na mente de uma criança. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessa-renko, representante do Partido dos Trabalhadores.

Senador Cristovam, convido V. Ex^a, que foi o principal proponente da presente sessão especial, para presidir os trabalhos. (Pausa.)

Convido o nobre Senador Paulo Paim para presidir os trabalhos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, senhores que compõem a Mesa, Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Representante da OIT, Sr^a Presidente da Missão Criança, Sr^{as} e Srs. Senadores, já se pronunciaram o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Heloísa Helena. Diria que eu já não precisaria fazer meu pronunciamento, porque tudo o que foi dito aqui é um retrato da realidade e vamos, com certeza, repetir os fatos no nosso discurso.

Mas, antes de iniciar a minha fala, saúdo todas as autoridades que estão hoje presentes. O nosso País deve muito às nossas crianças e deve muito às senhoras e aos senhores que aqui estão, porque, com certeza, todos aqui estão extremamente envolvidos em ações no dia-a-dia pela vida das nossas crianças.

Meu abraço muito carinhoso a cada criança que está aqui. E, ao fazê-lo, faço a todas as crianças do nosso País, muito especialmente àquelas crianças que Cristovam, Lúcia Vânia e Heloísa Helena, nosso Senador e nossas Senadoras, mencionaram: os carvoeirinhos e as carvoeirinhas, as crianças que trabalham nos sisais, as abandonadas nas ruas – as quais sabemos que, com um mínimo de apoio, com a garantia da educação em nossas escolas, conseguem sair com facilidade dessa situação. Basta que condições lhes sejam oferecidas.

Hoje é realmente um dia de reflexão no Senado da República.

De acordo com dados da OIT e do Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), existem no mundo cerca de 350 milhões de crianças e jovens envolvidos em alguma atividade econômica. Cerca de 250 milhões de crianças são exploradas, o que equivale a uma criança em cada seis no mundo. Destas, 170 milhões trabalham em condições perigosas, e 76 milhões têm idade inferior a 10 anos. A maior parte desse exército de minitrabalhadores vive na Ásia (127 milhões) e na África e Oriente Médio (61 milhões). Na América Latina e Caribe, são 17,4 milhões. Uma parte menor, mas dramaticamente consistente, desse contingente de trabalhadores é vítima de escravidão e destinada, por exemplo, à atividade de prostituição – número estimado em 8,4 milhões de crianças no mundo.

São números que estão postos por aí. Qualquer um pode abrir um livro e ver um dado estatístico desses, mas o Senado da República tem a obrigação de deixar registrado nos seus Anais, e nós, Senadores, temos que ter esses dados permanentemente no nosso coração e na nossa consciência. Por isso, fiz questão de trazer esses números para esta tribuna e deixá-los aqui gravados.

O trabalho infantil, ao mesmo tempo em que é combatido por muitos, é usufruído por outros tantos e exercido por cerca de 3,8 milhões de crianças e adolescentes no Brasil, o que coloca nosso país como o terceiro país latino-americano a tornar a infância algo inviável, segundo dados da Unicef.

O Brasil possui mais de 80% da população vivendo na área urbana. Apesar de a população e os empregos em geral se concentrarem nas áreas urbanas, o trabalho infantil ainda tem a sua maior proporção na área rural, ou seja, mais ou menos 70%.

Não entram nesses números dados de crianças envolvidas com o tráfico de drogas, delitos ou prostituição, pela dificuldade de identificá-los, mas acreditem, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, é um número inaceitável. Nenhuma criança pode ser exposta a esse tipo de violação e exploração.

A história do trabalho infantil, ilegal até os 15 anos, segundo nossa Constituição, acompanha a própria trajetória do nosso País, quando crianças descendentes de negros e índios eram obrigadas a incrementar a mão-de-obra das fazendas no período colonial. De lá para cá, expandiram-se as “possibilidades de trabalho”, passando pelo vendedor de jornais, o engraxate, o vigia de carros, até chegar aos soldados e aos chamados “aviões” do tráfico, utilizados na venda de drogas.

Essa é uma chaga social de proporções assustadoras, que, em nosso País, acomete quase 10% das crianças entre 5 e 14 anos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Entre essas, aproximadamente 520 mil estão inseridas no contexto do trabalho infantil doméstico.

Tenho dados aqui que são aterradoras. O Senador Cristovam, com certeza, é das pessoas que mais conhece tais problemas, pela dedicação, vontade e determinação que ele tem – assim como todos nós –, permanentemente, de dizer que as nossas crianças precisam estar na escola.

Sou professora, como outros Senadores e Senadoras que temos aqui. Trinta por cento dessas crianças não freqüentam a escola. O analfabetismo chega a 10%. Em alguns Estados do nosso País, o número dessas crianças trabalhando sob servidão, sem nenhuma remuneração, ultrapassa 10%. E mais de 50%, em quatro Estados da nossa Federação, não freqüentam a escola. Trinta por cento é no global.

No meu Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente, aproximadamente doze mil garotas são trabalhadoras domésticas. Alguns dirão que é pouco, mas a densidade demográfica do meu Estado é pequena; por isso, considero um número absurdo.

As crianças trabalhadoras não são vítimas apenas dos problemas sociais que flagelam suas famílias. Sofrem da mesma forma da intolerância de uma sociedade que não se livrou do seu ranço escravocrata e acredita, isso que é o pior, que o trabalho é a melhor formação possível para meninas e meninos oriundos da classe trabalhadora, sob o pretexto de que o trabalho livra a criança do ócio e a afasta dos perigos da criminalidade, atuando como agente formador.

Deixa-me absolutamente indignada ouvir esse discurso quase que permanentemente quando combatemos o trabalho infantil. As pessoas dizem: a senhora quer que essa criança vá para o mundo da criminalidade, Senadora? Porque é muito bom e importante a criança trabalhar para a formação dela.

Temos que combater esse ranço discriminatório. Mostrar à população brasileira, já que não podemos para todo o Planeta, que não é por aí a saída, não é colocando as nossas crianças para trabalhar, e trabalho geralmente escravo ou semi-escravo, que vamos resolver o problema. Vamos resolvê-lo fazendo essas crianças permanecerem na escola, fazendo essas crianças serem realmente crianças, terem seu tempo. Criança tem que brincar, sim. Criança tem que estudar, tem que brincar, tem que ter a sua vida de criança.

Como disseram aqui há poucos instantes todos os Senadores que me antecederam, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Cristovam Buarque – mas eu ouvi aqui o final do discurso da Senadora Heloísa, porque tive que sair para dar uma entrevista –, as nossas crianças não são tratadas como crianças. Elas são tratadas como um ser humano em estado de semi-servidão. E isso não pode continuar.

Este preconceito tem origens históricas e está sedimentado na estruturação do ensino brasileiro, que reserva para os filhos da elite o ensino formal e para os filhos do trabalho o ensino profissionalizante. E o pior é que alguns confundem: se não há sequer escola profissionalizante, colocam as crianças para trabalhar de qualquer maneira, chegando à situação que foi relatada aqui com muito mais detalhes.

Aqui no Congresso Nacional, Sr. Presidente, eu quero destacar a atuação da CPMI da Exploração Sexual, que terminou o trabalho e o relatório há pouco tempo, mas deixou muitas recomendações e proposições da maior relevância. Essa CPMI funcionou sob a presidência da eminente Senadora Patrícia Saboya Gomes, com a relatoria da nossa Deputada Maria do

Rosário. Foi um trabalho grandioso que enalteceu o Senado da República e a Câmara dos Deputados.

Eu também fui membro desta CPMI, que investigou principalmente a exploração sexual, quando ficou flagrante a utilização de crianças em redes de prostituição. A partir dos debates realizados no âmbito dessa Comissão, surgiram ações legislativas em prol da criança e do adolescente.

O Governo Federal tem se destacado com diversas ações para combater o trabalho infantil. Mas não serei injusta. Quero dizer aqui que no governo anterior também existiram ações determinadas. Eu louvo, inclusive, o trabalho da Senadora Lúcia Vânia por tudo o que S. Ex^a relatou aqui, mas principalmente pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Senadora Lúcia Vânia V. Ex^a falou nos carvoeirinhos e nas carvoeirinhas, no trabalho dessas crianças nos canaviais. Presidi, em Mato Grosso, como Deputada Estadual, a CPI do Trabalho Escravo. Quando a pedi, e quando assumi a Presidência e começamos o trabalho, imaginei que fôssemos tratar do trabalho escravo de adultos, mas nos espantou o tanto de criança – criança pequeninha – que fotografamos com o facão que cortava cana, do lado dela, e o facão era maior do que a própria criança. Realmente, isso nos envergonha, isso é terrível, isso é triste.

Vou até pedir ao Presidente que fique meu discurso na íntegra registrado nos Anais do Senado, porque ele está bastante grande. Queria ir mais para o final, dizendo que não posso deixar de fazer uma homenagem à atuação de um setor que comparece nessa empreitada, que é peça fundamental para a correção, inclusive das falhas, de nossas políticas públicas, que são as ONGs, que atuam onde os braços do Estado, por algum motivo, não conseguem chegar. Então, realmente, nossa homenagem a todas as organizações não-governamentais, que muito fazem por esta questão.

Queria falar aqui também, especialmente ao Senador Cristovam Buarque, que, em novembro de 1998, criou uma organização para disseminar a mania de educação, com o objetivo de retirar a obrigação das crianças de trabalhar para auxiliar no sustento de suas famílias e colocá-las nas salas de aula, que é o lugar em que elas têm obrigação de estar.

Quero também aqui homenagear a Missão Criança, essa importantíssima ONG que tem o objetivo de disseminar o Programa Bolsa Escola no Brasil e no mundo, garantindo o direito à educação a todas as crianças.

Não posso deixar de citar também a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, que saúdo aqui na pessoa da Sr^a Sandra. A fundação completa 15 anos em 2005, a mesma idade do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela tem se destacado por ações que incidem diretamente no combate ao traba-

lho infantil, além de parcerias com outras entidades na formação de redes sociais atuantes na sociedade.

Concluindo a minha fala, gostaria de apresentar o resultado de uma pesquisa elaborada pela OIT e pelo Ipec, em 2003, que investigaram os custos que a exploração infantil traz para a economia dos países. O resultado é surpreendente: se os 250 milhões de crianças não fossem exploradas e tivessem acesso à educação, até considerando o trabalho e a produção perdida, a vantagem econômica global seria notável. Em 20 anos, para cada dólar gasto em educação das crianças que atualmente são exploradas, haveria um incremento na renda de US\$9,9, em média, no mundo e US\$15,6, em média, nos países emergentes. A eliminação do trabalho infantil causaria, nos mesmos 20 anos, um incremento médio de 9,3% do PIB nos países da América Latina e de 5,1% nos países emergentes.

Estes dados só vêm a comprovar a idéia de que o investimento em educação e na manutenção de nossas crianças nas escolas é fundamental para a erradicação do trabalho infantil. Acredito que em breve viremos a esta tribuna comemorar a total erradicação do trabalho infantil. Está em nossas mãos, e sei que não estamos nos furtando em trabalhar mais e mais pelas crianças deste País.

Louvo aqui, encerrando, a campanha que a CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, vem fazendo pela conversão de parte da dívida em investimentos para a educação. Essa é uma campanha que a sociedade brasileira tem que assumir. Parte dessa dívida – 20% ou 30%, não sei que percentual – tem que obrigatoriamente ser convertida em investimentos para a educação.

Quero pedir ainda o registro nos Anais do Senado desse artigo do Sr. Osvaldo Russo: “Direito de ser criança”. O artigo finaliza dizendo que lugar de criança é na escola e que toda criança tem direito à convivência familiar e comunitária, criança tem direito de ser criança. E vamos abolir esse *slogan* que através dos tempos sempre foi inculcado em nossas mentes, de que criança e jovem são o futuro do Brasil. Não, criança e jovem são o presente do Brasil. Conforme esse presente lhes for oferecido, elas e nós teremos um grande futuro.

Um abraço a todos e a todas. (Palmas.)

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.**

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje, durante esta sessão solene para comemorar o Dia Mundial de Erradicação

do Trabalho Infantil, celebrado anualmente dia 12 de junho, devemos fazer uma reflexão sobre o tema, sobre o que temos feito para acabar esta aberração social que é a exploração de crianças, o roubo de suas infâncias.

De acordo com dados da OIT e do Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (), existem no mundo cerca de 350 milhões de crianças e jovens envolvidas em alguma atividade econômica. Cerca de 250 milhões são exploradas, o que equivale a uma criança em cada seis no mundo. Destas, 170 milhões trabalham em condições perigosas e 76 milhões têm idade inferior a 10 anos. A maior parte deste exército de mini-trabalhadores vive na Ásia (127 milhões) e na África e Oriente Médio (61 milhões). Na América Latina e Caribe são 17,4 milhões, ou seja, 8% do total. Uma parte menor, mas dramaticamente consistente, desse contingente de trabalhadores é vítima de escravidão e destinada, por exemplo, à atividade de prostituição - número estimado em 8,4 milhões de crianças no mundo.

O trabalho infantil ao mesmo tempo em que é combatido por muitos, é usufruído por outros tantos e exercido por cerca de 3,8 milhões de crianças e adolescentes no Brasil, o que coloca nosso país como o terceiro país Latino-Americano a tornar a infância quase inviável, segundo dados da Unicef.

O Brasil possui mais de 80% da população vivendo na área urbana. Apesar da população e os empregos em geral se concentrarem nas áreas urbanas, o trabalho infantil ainda tem grande proporção rural.

Atualmente, a OIT afirma que 70% dos trabalhos infantis dividem-se na agricultura, pesca e atividades de caça; seguidos por 8% que vêm das linhas de produção, comércio atacado e varejo; 8% de serviços domésticos; 4% de transportes, armazenamentos e comunicação, e os 3% restantes são atribuídos à construção e a mineração.

Não entram nesses números dados de crianças envolvidas com o tráfico de drogas, delitos ou prostituição, pela dificuldade de identificá-los, mas acreditem senhores senadores, senhoras senadoras, é um número inaceitável, nenhuma criança pode ser exposta a este tipo de violação e exploração.

A história do trabalho infantil, ilegal até os 15 anos segundo nossa Constituição, acompanha a própria trajetória do país, quando crianças descendentes de negros e índias eram obrigadas a incrementar a mão-de-obra das fazendas no período colonial. De lá para cá, expandiram-se as “possibilidades de trabalho”, passando pelo vendedor de jornais, o engraxate, o vigia de carros, até chegar aos soldados e os chamados “aviões” do tráfico, utilizados na venda de drogas.

Esta é uma chaga social de proporções assustadoras, que em nosso país, acomete aproximadamente 7% das crianças entre 5 e 14 anos, segundo a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Dessas, aproximadamente 520.000 estão inseridas no contexto do trabalho infantil doméstico.

Esses dados são mais preocupantes quando cruzados com dados de pesquisas encomendadas pela *Organização Internacional do Trabalho – OIT* nas cidades de Belém, Belo Horizonte e Recife. Constatase que o trabalho infantil doméstico atinge em cheio as meninas (92,71%), majoritariamente as pardas e negras (74,70%), as quais invariavelmente provêm de famílias de baixa renda. Isso é um retrato cruel da discriminação social contra crianças pobres, do sexo feminino, pardas e negras.

Em geral, a remuneração é de cerca de meio salário mínimo mensal, a escolaridade média é inferior a 6 anos, e cerca de 30% não freqüenta a escola. O analfabetismo chega a quase 10% em Alagoas, e o número de pessoas trabalhando sem rendimento é próximo de 10% no Ceará e Santa Catarina, e mais de 50% não freqüentam escolas em Rondônia, Roraima, Espírito Santo e Distrito Federal.

No meu estado do Mato Grosso, Senhor Presidente, aproximadamente 12 mil garotas são trabalhadoras domésticas, ou seja, 0,5% da população mato-grossense, o que considero um número expressivo, apesar de não ser um dos maiores índices do país, ainda assim é preocupante.

As crianças trabalhadoras não são vítimas apenas dos problemas sociais que flagelam suas famílias. Sofrem da mesma forma da intolerância de uma sociedade que não se livrou do seu ranço escravocrata e acredita que o trabalho é a melhor formação possível para meninas e meninos oriundos da classe trabalhadora, sob o pretexto de que o trabalho livra a criança do ócio e a afasta dos perigos da criminalidade, atuando como agente formador.

Este preconceito tem origens históricas e está sedimentado na estruturação do ensino brasileiro, que reserva para os filhos da elite o ensino formal e para os filhos do trabalho o ensino profissionalizante.

Após fazer esta apresentação da situação do trabalho infantil no Brasil, principalmente das meninas trabalhadoras, quero destacar a atuação do poder público, a nossa atuação, frente a este grave problema.

Aqui no Congresso Nacional devo destacar a atuação da CPMI da Exploração Sexual, sob a presidência da eminente Senadora Patrícia Saboya Gomes, da qual fui membro, que discutiu temas relacionados a exploração sexual, onde ficou flagrante a utilização de crianças em redes de prostituição. A partir dos debates

realizados no âmbito da Comissão surgiram ações legislativas em prol da Criança e do Adolescente.

O Governo Federal tem se destacado com diversas ações para combater o trabalho infantil. Não vou ser injusta, devo dizer que desde o governo anterior já há ações com vistas a erradicar o trabalho infantil.

Para tentar combater o problema do trabalho de crianças em carvoarias do Mato Grosso, e mais tarde o trabalho infantil de maneira geral, o governo federal lançou, em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

O Governo do nosso querido Presidente Lula, juntamente com alguns segmentos da sociedade civil, encontra-se empenhado na tarefa de erradicar o trabalho infantil no País. Para tanto, vem utilizando diversos mecanismos e instrumentos disponíveis, que vão desde a fiscalização realizada no local de trabalho à implantação e desenvolvimento de projetos que visam a dar orientação aos pais e às crianças que trabalham, fornecendo-lhes também capacitação para alternativas de geração de renda familiar.

Sr. presidente, acredito muito que a Educação é uma das saídas para a total erradicação do trabalho infantil! Garantir que as crianças de nosso país permaneçam mais tempo nas salas de aula é uma forma de evitar que sejam exploradas.

É exatamente este o foco dos principais programas do governo para o tema, condicionar o repasse da renda à frequência escolar, apesar dos problemas que surgiram e que é de conhecimento geral, não podemos deixar de elogiar esta ação que tem gerado sim, muitos benefícios para as populações mais carentes, com aumento real das taxas de permanência das crianças nas escolas.

A transferência de renda funciona também como uma forma de acabar com a cruel desigualdade de renda existente em nosso país, Senhores senadores, senhoras senadoras, o Brasil é o Segundo país com maior desigualdade de renda do mundo! Uma situação inaceitável para um país tão rico como o nosso, num contexto como este falar em erradicação do trabalho infantil torna-se difícil.

Apenas com o incremento real da renda das famílias, principalmente as mais pobres, é que conseguiremos este objetivo; é exatamente isto que os programas do governo pretendem, substituir a renda gerada pela criança com seu trabalho, subsidiar sua permanência na escola e, ainda, propiciar cidadania para as famílias mais pobres, num esforço em redistribuir a renda nacional.

Não posso deixar de fazer aqui uma homenagem à atuação do terceiro setor nesta empreitada, peça fundamental para correção das falhas do Estado. Acredito

que seja esta a real função das ONG's, atuar onde os braços do Estado, por algum motivo, não chegam.

Especialmente o Senador Cristovam Buarque, que em novembro de 1998 criou uma organização para disseminar a . Com o objetivo de retirar a obrigação das crianças de trabalharem para auxiliar no sustento de suas famílias e colocá-las nas salas de aula, que é o lugar onde elas têm a obrigação de estarem. Surgindo, assim, a Missão Criança, uma importantíssima ONG que tem o objetivo de disseminar o programa Bolsa-Escola no Brasil e no mundo, garantindo o direito à educação a crianças pobres.

Não posso deixar de citar, também, a Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente que completa 15 anos em 2005 – mesma idade que tem o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A Fundação tem se destacado por ações que incidem diretamente no combate ao trabalho infantil, além de parcerias com outras entidades na formação de Redes sociais atuantes na sociedade.

Concluindo minha fala gostaria de apresentar o resultado de uma pesquisa elaborada pela OIT e pelo IPEC, em 2003, que investigaram os custos que a exploração infantil traz para a economia dos países. O resultado é surpreendente: se os 250 milhões de crianças não fossem exploradas e tivessem acesso à educação, até considerando o trabalho e a produção perdida, a vantagem econômica global seria notável. Em vinte anos, para cada dólar gasto em educação das crianças que atualmente são exploradas, se obteríamos um incremento na renda de 9,9 dólares em média no mundo e 15,6 dólares em média nos países emergentes. A eliminação do trabalho infantil causaria, nos mesmos vinte anos, um incremento médio de 9,3% do PIB nos países da América Latina e de 5,1% nos emergentes.

Estes dados só vêm a comprovar a idéia de que o investimento em educação e na manutenção de nossas crianças nas Escolas é fundamental para a erradicação do trabalho infantil. Acredito que em breve viremos a esta tribuna comemorar a total erradicação do trabalho infantil, está em nossas mãos e sei que não estamos nos furtando em trabalhar mais e mais pelas crianças deste país.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Direito de ser criança

Osvaldo Russo

Há um movimento mundial contra o trabalho infantil, no qual o Brasil tem sido protagonista privilegiado já que conta com um amplo programa de erradicação deste tipo de trabalho. O Peti, como é conhecido, está beneficiando 930.804 crianças e adolescentes em 2.788 municípios brasileiros. Neste ano, no orçamento da União, estão disponibilizados R\$ 539 milhões para atender a um milhão de crianças e adolescentes em todo o País.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) garante, para cada família, auxílio financeiro (R\$ 40,00 na área rural e R\$ 25,00 na área urbana) por criança e adolescente, com idade entre 5 e 15 anos, em situação de trabalho infantil. Além desse auxílio, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa às Prefeituras Municipais, por beneficiário, o valor de R\$ 20,00 na área rural e R\$ 10,00 na área urbana, para desenvolvimento de atividades socioeducativas em jornada ampliada.

De acordo com pesquisa realizada pelo MDS entre dezembro de 2004 e abril de 2005, 44% dos atendidos pelo Peti deixaram de trabalhar na agricultura e outros 12% no comércio ambulante e todos hoje estão na escola e participando das atividades complementares socioeducativas. Responderam à pesquisa 2.011 municípios (72%), abrangendo o total de 568.508 crianças e adolescentes (61%). Os dados constataam que 54% são do sexo masculino e 60% possuem idade entre 11 e 15 anos. Do total, 81% vivem na zona rural e que em 64% dos casos cada família tem uma criança atendida no programa.

Segundo o levantamento, 247.871 crianças e adolescentes trabalhavam na agricultura e 68.658 trabalhavam como vendedor ambulante antes de ingressar no Peti. Do serviço doméstico saíram 38.972, da coleta seletiva de lixo 36.236 e 24.433 do setor de alimentação. Também foram identificados aqueles que deixaram o trabalho de engraxate, pesca, olaria, carregador, carvoaria e guarda e limpeza de carros.

Das crianças e adolescentes atendidos, 54% estão no máximo há três anos no Peti e indicam que a permanência delas no programa sinaliza uma melhora em suas vidas. Os dados indicam também que, ao ingressar no Peti, 8% das crianças atendidas estavam matriculadas na 5ª série do ensino fundamental, enquanto que hoje no universo atendido pelo Peti - esse percentual é de 14,5%, o que aponta para maior progresso no sistema escolar, alcançando patamares mais elevados no ensino fundamental.

A partir desse diagnóstico, o governo federal estuda a adoção imediata de novas medidas para universalizar o atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ao propor a integração do Peti com o programa Bolsa Família que hoje atende a 7 milhões de famílias no Brasil. Até o final deste ano serão 8,7 milhões de famílias e até 2006 serão beneficiadas mais de 11 milhões de famílias, com a condicionalidade de permanência da criança na escola e ampliação das ações socioeducativas para os atendidos pelo Peti.

O combate ao trabalho infantil, assim como outros programas e serviços assistenciais estarão integrados ao Sistema Único de Assistência Social – o Suas – que está sendo implantado no Brasil, com a participação da sociedade e de todos os entes da federação. O Suas significará uma verdadeira revolução na área da assistência social afirmando-a como política pública de Estado e garantidora de direitos. O governo faz a sua parte, mas é preciso que todos estejam conscientes de que lugar de criança é na escola e que toda criança tem direito à convivência familiar e comunitária. Criança tem direito de ser criança.

Osvaldo Russo é secretário nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Durante o discurso da Sra. Serys Silhessarenko, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Serys Silhessarenko, V. Exª será atendida na forma regimental.

Passamos a palavra ao nobre Senador Mão Santa. Em seguida, à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes e, ainda, aos Senadores Alberto Silva e Alvaro Dias.

Senador Mão Santa, convidamos V. Exª a vir à tribuna.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de homenagem ao Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação.

Senador Alberto Silva, V. Exª tem uma grande vida política e me faz lembrar de que, na minha infância, ouvia Olavo Bilac: “Criança, não verás nenhum país como este!” Senadora Heloísa Helena, isso foi dito há 100 anos. O que diria Bilac hoje ante a barbárie e a mentira do nosso País?

Vim do Piauí e nunca vi falhar uma sabedoria popular. Lá eles dizem que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade.

“Criança, não verás nenhum país como este!” Um quadro vale por dez mil palavras: na Cidade Maravilhosa, abençoada pelo Cristo, que a abraça, Senadora Heloísa Helena, no ano que passou, mataram cinco vezes mais do que no Iraque, como se vê na televisão.

Professor Cristovam Buarque, para falar do trabalho infantil, em primeiro lugar, busquemos o sentido do trabalho.

Abençoada é Heloísa Helena, em cuja gaveta há uma Bíblia, que às vezes consulto. Senador Paulo Paim, está ali o caminho de Deus aos governantes: “Comerás o pão com o suor do teu rosto.”

Presidente Lula, não tens obrigação de ser católico, mas caótico não vamos permitir que sejas.

Aquela é uma mensagem de Deus aos governantes, de que a única saída é propiciar trabalho. É claro! No entanto, Deus não mandou as criancinhas; Ele disse: “Vinde a mim as criancinhas”, para prepará-las para o trabalho.

Senador Cristovam Buarque, Deus me permitiu atentamente ouvir o seu discurso, enquanto vinha de carro. V. Exª é único aqui. Não me refiro ao Presidente, não me refiro a banqueiros ou a empresários que temos aqui. V. Exª recebe um título maior do que Se-

nador: o de mestre, professor. Mestre, igual a Cristo. E eu vinha ouvindo seu discurso, mas me permita contestar alguns pontos.

Senador Cristovam, V. Exª tem um respeito muito grande pelos outros Ministros da Educação por entender que o nosso erro não é de agora. Sr. Presidente, sou médico, e para onde vamos levamos a nossa profissão. O professor Cristovam Buarque leva a dele e eu trago a minha. O médico dá valor à etiologia, à causa. Esse negócio de febre, de convulsão, ele não está nem aí para isso; ele quer saber a causa: o vírus, o micróbio, a bactéria.

E quero dizer que a causa daqui é velha, não é de hoje, é de 505 anos, é da nossa colonização. Os portugueses nos educaram mal. A educação que eles deram para a elite foi ruim; para a pobreza, eles não deram nenhuma, e de trabalho muito menos. O que fizeram foi colocar os negros, os índios e também as crianças para trabalhar. E não é assim, não! Daí a diferença. Pau que nasce torto morre torto – essa frase é lá do Nordeste, da Bahia, Senador Alberto Silva. Essa é a diferença.

Senador Paulo Paim, a nossa universidade é muito recente. E essa é nossa. Tivemos Ministros bons, inclusive Cristovam Buarque, uma beleza de idealista, sonhador. A universidade melhorou, mas o atraso era muito grande. A nossa universidade é uma infância. Quero apenas dizer que a aprendemos com a História. Ela ensina. Isso tudo começou, Senador Paulo Paim, porque o homem é um animal sociável e busca governos. Cansado de governos absolutos, foi à rua e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade.” Caíram todos os reis do mundo.

Quero citar dois exemplos da França, Senadora Heloísa Helena. O Rei Luiz XIV disse “L’*état c’est moi*”; e Voltaire, um grande parlamentar, disse “à majestade tudo, menos a honra”. Aprendam isto, Senadores do PT: à majestade tudo, menos a honra! O Rei mandou perguntar a Voltaire – atentai bem, Senador Alberto Silva – sobre quando a educação devia começar, professor Cristovam Buarque. E Voltaire mandou dizer ao Rei: “Cem anos antes”, um século antes. Quando se deve começar a educar as crianças? Cem anos antes. Vejam que sabedoria! Começa antes, nos avós, no pai, na família.

O Presidente Lula não ouve o Senado, não ouve o Senador Cristovam Buarque, não liga para ele – ou, quando liga, liga o telefone errado. Ligaram para aprender.

Senador Alberto Silva, cito também Napoleão – o francês, não aquele Senador do Piauí que esteve aqui –, o estadista. Não me refiro àquelas guerras. Ele foi quem fez o primeiro Código Civil. Era um educa-

dor. Está aí a França! Para sair do Absolutismo rumo à República houve tombos, mas ele era sábio e via a educação. O Código Civil é um exemplo.

Senadora Heloísa Helena, Napoleão estava em uma solenidade de educação, ao lado de sua professora. Todos nós tivemos a nossa professorinha, aquela figura encantadora, que faz a gente ainda acreditar neste País. A professora disse-lhe: “Napoleão, você está amuado, aborrecido. Você conquistou quase que o mundo”. Ele respondeu: “Estou. Tenho investido muito na educação, nas escolas, nos prédios, na arquitetura, mas vejo que o francês está cada vez mais mal-educado”. A professora, então, lhe disse: “Napoleão, você tem que investir em escolas de mães”. É com as mães que começa a educação.

Senador Cristovam Buarque, a admiração que tenho por V. Ex^a é a mesma que tenho pelos grandes legisladores que por aqui passaram e que fizeram, por exemplo, a reforma de base da educação. Quanta luta de Carlos Lacerda, de João Calmon, de Darcy Ribeiro! O Senador Alberto Silva foi Senador à época de Darcy Ribeiro.

Entendo que o erro está aí. Com relação a esse negócio de federalização, eu fui prefeitinho e agora estou no Senado, na esfera federal, e não cresci um milímetro em termos de dignidade, de responsabilidade, de espírito público. O Planalto, o núcleo duro não tem um milímetro a mais em dignidade, em responsabilidade do que o prefeito. Acho que a educação devia ser descentralizada. O que tem havido é que piorou.

Acaba de chegar a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que está fazendo um trabalho brilhante, extraordinário, neste País.

Senadora Patrícia, conheci o Ceará antes de V. Ex^a, que não havia nascido ainda. E, naquele tempo, Aldeota era só perto do Colégio Militar. Aí foi crescendo e virou um bairro de ricos. Senadora Patrícia, V. Ex^a fez um trabalho extraordinário no combate àquilo que é a maior vergonha, a maior nódoa, que é a prostituição infantil; vender o maior dom que Deus nos deu, o que nos iguala: o nosso corpo. Pergunto-lhe, Patrícia, se você encontrou as garotas da Aldeota envolvidas nisso. (Pausa.) Então, aí está a causa do problema.

Reza a OMS que saúde não é apenas ausência de enfermidade ou doença, mas o mais perfeito bem-estar físico, mental e social. É o pauperismo que causa a doença. A vergonha maior é a prostituição infantil. Não se pode dizer que isso é trabalho; é a injustiça da sociedade. Senador Cristovam Buarque, é isso que temos que buscar na Bíblia, que diz: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. É essa justiça que falta, que conclamo. Vieram aqui descarados da Justiça pressionar para aumentarmos os nossos salá-

rios, com o deles, é lógico. E quantos não têm salário algum, trabalho algum? Senador Cristovam, é dever dos governantes propiciar trabalho, assim valorizando a família.

Vou dar meu depoimento. Dessas audiências públicas, o que achei mais interessante no Senado – ficamos ouvindo tanta gente, tanta coisa e acabamos aprendendo algo – veio de um jornalista do **Jornal do Brasil** que deu um testemunho sobre violência. Ele freqüentava as favelas e observou que onde havia uma igreja, de qualquer religião ou credo, a violência era menor. Então, está faltando Deus! Falta Deus no nosso País e nos nossos corações!

John Fitzgerald Kennedy disse: “Não pergunte o que o seu país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo seu país”. Ele foi mais adiante: temos que atravessar uma nova fronteira, ter muita imaginação, muita inovação, muita invenção e coragem. Cada caso é um caso. No nosso, piorou.

Dê dinheiro para os prefeitos, pois eles não têm. Tem prefeito que é ladrão? Tem.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E é a esse que se dá ênfase, Senador Paulo Paim. Para mim, a melhor invenção é o avião. Quando passa uma mulher bonita, a turma diz que “lá vai um avião”, querendo dizer que ela é algo extraordinário. Ninguém fala em avião quando ele está nos transportando, mas quando cai é uma confusão. Então, quando aparece um prefeito ladrão, é um escândalo, mas se esquecem que há milhares e milhares de prefeitos bons e altruístas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E eu sou orgulhoso de ter sido prefeitinho.

Senador Paulo Paim, tenho um exemplo a dar à corrupção e ao seu Partido, pois o que falta é vergonha na cara dos políticos, no núcleo duro e no Brasil. O exemplo é de Getúlio Vargas, lá do Rio Grande do Sul. Após quinze anos de ditadura, Getúlio Vargas se recolheu. Ele não tinha uma geladeira. Ele ganhou uma daquelas Electrolux à querosene, mas não quis receber, até que foi convencido. Depois, quando perguntado, disse: “É, eu tomo um sorvete à noite”. Isso após quinze anos no poder. E estão todos se locupletando por aí com riquezas e descaramentos. Esse é o exemplo. Lembro-me que o meu avô, que não era Presidente, tinha três geladeiras, Senador Alberto Silva. Ele tinha uma na casa dele, uma na praia e uma na firma. É isso que os governantes estão buscando, o ter, esquecendo-se de Shakespeare: **To be or not to be!** Esquecem-se do ser.

Quero prestar aqui um testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, a Presidência faz um apelo a V. Ex^a para que conclua o seu pronunciamento, porque ainda temos seis oradores inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É lógico. Cristo fez o melhor discurso, o Pai Nosso, em um minuto.

Concluo dizendo que Alberto Silva criou um projeto que se chamava Casa-Escola. O projeto previa que seriam educados os pobres das regiões rurais que tivessem um sentido de família melhor.

Termino citando Juscelino, médico e cirurgião como eu, prefeitinho, Governador e Presidente, tendo sido até cassado, que disse que é melhor ser otimista, pois o otimista pode errar e o pessimista já nasce errado e continua errando. Eu sou otimista, uma vez que o Senado busca esta reunião para este debate. Abençoados por Deus, vamos encontrar nessas crianças aquilo que podemos melhor fazer por elas. Cristo disse: “Vinde a mim as criancinhas”. Devemos dar a elas o amor; o amor resolve todos os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lembro a todos os presentes que ainda há seis oradores. Se pudermos ficar no prazo de cinco minutos, os convidados que estão prestigiando esta sessão agradecerão.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, queridas crianças, adolescentes, familiares das crianças presentes; Senador Cristovam Buarque, meus cumprimentos por esta iniciativa tão importante que envolveu muitos de nós, Senadoras e Senadores presentes e outros que infelizmente não puderam estar aqui; Senadora Heloísa Helena, que teve há pouco tempo a difícil e árdua tarefa de aprovar um projeto que estabelece que todas as crianças até seis anos nascidas neste País tenham direito a uma escola boa e de qualidade; Senador Mão Santa; Senador Alvaro Dias; Senadora Lúcia Vânia; Senadora Serys Slhessarenko; Ministro Lélio Bentes; Sr^a Gladys Buarque, coordenadora da ONG Missão Criança; Sr. José Ferreira, Diretor-Adjunto da OIT; Dr^a Eliane Araque dos Santos, nossa grande parceira do Ministério Público do Trabalho; Sr. Osvaldo Russo, com quem tenho tido o privilégio, ultimamente, de partilhar algumas iniciativas importantes na área da educação e da inclusão social; Sr^a Margarida Munguba, do Ministério do Desenvolvimento Social e Humano; Sr^a Alison, do Unicef; representantes de ONGs presentes, como a Andi e a Fundação Abrinq, representada pela Sr^a Sandra; outros representantes, como os do Fórum Peti; parcei-

ros e parceiras nesta luta, vou atender ao Presidente Paulo Paim, buscando ser o mais breve possível no meu pronunciamento.

Quero pedir a permissão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para falar em nome daqueles que representam a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional, aqui representada não somente por mim, mas pela Deputada Maria do Rosário, que foi Relatora da nossa CPML que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País.

Evidentemente, todos aqueles que nos antecederam falaram dos números que deixam cada um de nós, homens e mulheres deste País, indignados com o descaso em que ainda vivem milhões de crianças brasileiras que, infelizmente, ainda não têm na sua vida, no seu dia-a-dia, no seu cotidiano, algo que possa lhes proporcionar um futuro com mais justiça ou a perspectiva de um futuro melhor.

Infelizmente, é grave a situação que vivemos em nosso País. Nós, que representamos os nossos Estados, certamente temos essa compreensão, porque conhecemos a nossa realidade e vemos como é grande o número de crianças que se encontram em estado de vulnerabilidade e fragilidade. Não é preciso falar mais sobre números. Não é preciso retomar os números, que são importantes, evidentemente, para que tenhamos um rumo para corrigir essas distorções e mazelas tão graves.

Uma só criança com a vida fragilizada, vivendo em situação de miséria e pobreza, já seria o suficiente para que todos nós, homens e mulheres deste País, independentemente da função ou dos cargos que estamos ocupando, nos mobilizássemos e nos uníssemos para atacar essa chaga, essa doença. Infelizmente, nossas crianças são atingidas e, na maioria das vezes, acabam não tendo vez nem voz, mas precisam, sim, de nossa fala, da nossa voz, da nossa indignação, da nossa vontade, da nossa paixão, do nosso amor por esta causa, para poder enfrentar problemas tão graves.

Dediquei-me, durante mais de um ano, a presidir uma CPI que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes de nosso País, que é mais um viés do trabalho forçado a que tantas crianças são submetidas, talvez uma das piores formas de se violentar os Direitos Humanos, como disse tão bem o Senador Mão Santa. Vi com meus próprios olhos a situação em que vivem essas crianças, meninas e meninos que não têm direito a uma escola boa e de qualidade.

Não basta, como tem dito tantas e tantas vezes o Senador Cristovam Buarque, que essas crianças tenham um assento na escola. É preciso que a escola

seja atrativa, que a escola seja boa, que a escola tenha qualidade, para que as nossas crianças, os nossos filhos, possam freqüentá-las com prazer. Todos que somos pais, que somos mães, sabemos das dificuldades dos nossos filhos, principalmente na adolescência, de freqüentar uma escola boa, aquela que temos condição de pagar, uma escola particular, uma escola com laboratórios, com curso de computação, de idiomas – inglês, espanhol, francês.

Mas a escola da grande maioria das crianças brasileiras não tem absolutamente nada a oferecer a essas crianças, que entram e saem da escola por falta de oportunidade. O nosso País precisa aprender, de uma vez por todas, os nossos governantes precisam aprender, de uma vez por todas, aquilo que eu tenho feito, praticamente como uma oração, todos os dias por onde passo por este País, por onde tenho a oportunidade de falar por este País, que é dizer: basta. Chega de políticas pobres para os pobres deste País. Basta de sacrificar as crianças, inventando, muitas vezes, programas que não têm nenhum tipo de resultado, que não têm nenhum impacto na vida real.

Tenho que ser otimista, tenho que ser esperançosa, tenho que reconhecer os avanços, tenho que reconhecer os projetos. Falar do Peti é, certamente, um momento muito especial, porque o Peti conseguiu tirar muitas crianças do trabalho forçado, da exploração do trabalho, conseguiu com que muitas crianças retornassem às escolas, com que muitas crianças retornassem aos seus lares. Mas esse programa tem sido insuficiente para combater o grande mal e a grande chaga que envergonha cada um de nós brasileiros, que todos os dias vemos nas esquinas do nosso País, nas rodovias escuras do nosso País, crianças vendendo os seus corpos, crianças nos sinais de trânsito vendendo um bombom, uma jujuba, um chiclete, enquanto deveriam estar estudando, enquanto deveriam estar brincando, enquanto deveriam estar aproveitando a vida.

Por que não oferecer a essas crianças programas que sejam ousados, programas que sejam criativos, programas que as tirem da pobreza, programas que, diferentemente desses que aqui estão, possam trazer uma mudança no seu dia-a-dia e oferecer-lhes uma oportunidade de vida muito melhor que a de pais e mais chances na vida?

Falo isso porque a causa da criança, Sr. Presidente, a causa do adolescente não deve tomar de nós apenas um discurso, mas o nosso dia-a-dia, a nossa compreensão e a de tantos que insistem em que devemos discutir economia, números. Mas insisto que, atrás desses números, atrás desses percentuais, é preciso enxergar que existem pessoas, seres humanos, homens, mulheres, idosos, crianças, jovens, que

hoje têm a sua voz calada, que hoje têm a sua cabeça baixa por, infelizmente, não encontrarem em cada um de nós, que somos responsáveis por essas crianças, nós que teríamos a obrigação de enxergá-las como os nossos filhos, alguém que possa mudar a vida de cada uma delas.

Portanto, hoje, no momento em que esta Casa se reúne para discutir a questão do trabalho infantil, para se mobilizar, para aqui se mobilizar e refletir a respeito dessa chaga e dessa doença. É o momento de chamarmos a sociedade civil, que tem desempenhado papel tão importante, todos os Parlamentares e governantes, Prefeitos de pequenas cidades, Governadores e o Presidente da República, a fim de dar um basta definitivo à situação. De acordo com a Constituição Federal, a criança deve vir em primeiro lugar, e é assim que vamos tratá-la.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de estar aqui hoje, reunida com pessoas que têm desempenhado um papel fundamental nessa luta, dia-a-dia, para transformar a realidade de uma sociedade ainda tão injusta, perversa, excludente e que maltrata nossas crianças e jovens. Mas existe uma palavra também de otimismo. As pessoas que aqui estão, e outras que não puderam estar, engrossam, cada vez mais, as fileiras para que, em breve, se Deus quiser, com a responsabilidade daqueles que representam seu povo, nosso povo, possamos transformar a sociedade e as ações do Governo, viver em uma sociedade muito mais justa e muito mais digna.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Convido a fazer uso da palavra o Exm^o Sr. Senador Alberto Silva. Ao mesmo tempo, convido a presidir os trabalhos o primeiro signatário desta sessão, o nobre Senador Cristovam Buarque, nosso mestre hoje e sempre.

Enquanto o Senador Cristovam Buarque se dirige à Mesa, registro também, com muita alegria, a presença entre nós da Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI contra a exploração sexual de crianças. Peço a todos uma salva de palmas, já que S. Ex^a não poderá fazer uso da palavra, pois a sessão é do Senado Federal. (Palmas.)

Com a palavra ao Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo cumprir a recomendação da Mesa de ser sintético. Como esta sessão trata do combate ao trabalho escravo, eu gostaria de fazer uma observação: por que há trabalho escravo infantil?

No restrito tempo que nos é concedido, prefiro dar o exemplo de duas experiências; e creio que, com isso, estou colaborando com este Congresso Nacional, com os que aqui já se pronunciaram e com todos os que se dedicam a combater o trabalho escravo. Quais foram as experiências? Uma no campo e outra na cidade.

Vemos as televisões mostrando crianças no campo, cortando cana, morrendo. Nossa companheira Senadora Heloísa Helena fala das crianças quebrando pedras, intoxicando-se com o fumo, no campo etc. Nas cidades, há a prostituição. Qual é a fonte disso tudo? As famílias dessas crianças têm como viver? Geralmente, não. O lavrador tem uma roça por ano. Recebe o suficiente para manter suas crianças na escola e impedir que trabalhem? Não. A renda é muito pequena.

Creio que minha experiência como Governador de Estado vale como um documento aqui. Houve uma seca – a pior situação do campo é seca – em meu segundo Governo. Todos os Governadores, lembro-me bem, foram à Sudene buscar recursos para as frentes de emergência, carros-pipa, dinheiro etc. Fui o único que não aceitou esse tipo de solução.

Fui ao então Presidente José Sarney e disse: “A melhor coisa que o Brasil tem no campo ou em qualquer lugar é a família brasileira”. Se retiro o lavrador, um pai de família, do campo para uma frente de emergência, ele vai e não volta mais, deixa a mulher e os filhos lá. Constatei isso desde meu primeiro Governo, e propus ao Presidente José Sarney não retirar nenhuma família do meu Estado do campo e fazer com que os pais tivessem dinheiro para segurar e alimentar a família. O Presidente perguntou: “O que você quer?”. Respondi: Não quero dinheiro. Quero um empréstimo do Banco do Brasil, meio salário mínimo por mês para cada família, até o final da seca, mas ninguém sai do campo. Quero que aquelas crianças do campo não sejam lançadas ao trabalho forçado – é o que estamos discutindo hoje –, porque aquele pai tem dinheiro para sustentar sua família. E como é que tem dinheiro? Fazendo a sua roça. E como é que faz a roça? Tendo dinheiro. E onde está o dinheiro? O Presidente José Sarney me perguntou quantas eram as famílias. Respondi: Duzentas mil, Presidente. Ele disse: “É muito dinheiro, mas eu topo”. Assim, 200 mil famílias em meu Governo não foram para as frentes de emergência. Receberam o dinheiro, fizeram sua roça e pagaram o empréstimo. Logo, tem jeito sim.

O outro exemplo foi na cidade. Quando fui Governador pela segunda vez, as crianças não tinham escola. E aqui vai, digamos, uma observação: no Brasil, nossas leis de educação decidiram que as crianças brasileiras só devem começar a comer aos 7 anos. As pessoas levam um susto e pergunta por quê. Porque

não há pré-escolas. Em minha cidade, capital do Piauí, quando Governador, vi mais de 50 mil crianças de 2 a 6 anos – como não existem escolas públicas para essa faixa etária – sem merenda, pois a merenda escolar brasileira é só a partir dos 7 anos. Então, criei a pré-escola dentro da família. Fiz escola na casa das mães de família, um projeto totalmente diferente do que existe no País. Uma tecnologia que desenvolve as faculdades psicomotoras de crianças de 2 a 6 anos. E como não havia merenda do Governo Federal, criei uma fábrica de alimentos tão grande quanto a da Nestlé para alimentar as crianças do Projeto Casa e Escola.

Senhores, se há um recado a dar e um otimismo que temos e devemos ter neste grande País é este: aplicar em educação, em primeiro lugar, e gerar emprego para que os pais segurem suas crianças em casa, dentro da família, alimentada e vivendo bem. É possível fazer isso. Agora mesmo, darei início, no Piauí, ao Projeto Biodiesel, em que um lavrador receberá mais de R\$600,00 por mês. Ele poderá, com isso, sustentar suas crianças, e não precisará de nenhuma bolsa especial do Governo Federal. Receberá seu dinheiro e sustentará sua família com dignidade.

É o recado que deixo, com um otimismo neste grande país. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias. V. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 10 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passarei a palavra ao último orador, pedindo permissão a S. Ex^a para quebrar um pouco da tradição desta Casa, e ao Carreiro também, que nos fiscaliza, e, em vez de chamá-lo de nobre Senador, chamá-lo de cidadão Senador, que eu acho mais apropriado para a República. Está na hora de abolirmos isto, de Senadores nobres e Senadoras nobres.

Passo a palavra ao cidadão Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, que honra. V. Ex^a sabe que tenho um projeto nesta Casa que diz o seguinte: “Que todo servidor público, antes de ter seu título nominado em correspondências ou mesmo em solenidades como esta, deveria ser precedido pela palavra servidor”. Então ficaria: senhor servidor Senador, senhor servidor Presidente da República, certamente para não esquecermos a quem servimos. E, seguramente, devemos servir, principalmente, às nossas crianças.

Quero saudar, Sr. Presidente, o Ministro Lélío Bentes, o Dr. José Carlos Ferreira, representante da OIT (Organização Internacional do Trabalho), e também a Dona Gladys Buarque, Presidente da Missão Criança.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, que honra tê-los aqui, no nosso plenário.

Sr. Presidente, serei muito breve.

V. Ex^a sabe, eu passei quase dez anos na África e vi coisas horríveis, principalmente a Aids, o *apartheid*, a luta dos negros para sobreviver num país de tantas guerras e tanta discriminação, crianças vivendo numa situação horrível... No entanto, nunca vi, nos dez anos em que passei na África, entre Malawi, Zâmbia, Quênia, Uganda, Madagascar, o que vi nas comunidades pobres do Rio de Janeiro, especialmente no passado, quando fui candidato a Prefeito do Rio, crianças de 13 a 15 anos, ao que me parecia, vendendo drogas em plena luz do dia. Nunca vi isso em nenhum país da África.

Quando morei em Moçambique, aquele era, segundo a Organização das Nações Unidas, o país mais pobre do mundo, que estava vindo de uma guerra fratricida de vinte e sete anos, entre a Frelimo e Renamo, mas nunca vi na África o que vi no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, este é o País da desigualdade social. Ao mesmo tempo, temos sete mil famílias brasileiras que detêm hoje, nos bancos privados e públicos, R\$800 bilhões e nos exigem 19,5% de juros ao ano. Se o Presidente Lula, que criticamos muitas vezes pela política econômica, começar a baixar esses juros, V. Ex^{as} poderão observar que haverá a fuga de capitais, porque tiram dinheiro dos bancos, trocam em dólares e mandam para fora. Aliás, quando nosso Governo assumiu, havia uma fuga de capitais de US\$2 bilhões por dia.

Aí está a raiz de todos os crimes contra os direitos humanos, que atormentam o cotidiano dos brasileiros: poluição, discriminação, riqueza, opulência, miséria, falta de condições de saneamento e habitação e, principalmente, o desprezo com que tratamos as nossas crianças.

Mas o povo brasileiro não é assim. Quero dar um testemunho. Quando voltei da África, fui morar em Irecê,

na Bahia, a 650 km de Salvador, e encontrei a mesma coisa mencionada pela Senadora Heloísa: crianças quebrando pedra. Lembro-me daqueles povoados pobres ao redor de Irecê. Perguntei a uma menina: você não tem um brinquedo? Ela me disse: olha, pastor, quando dá três horas da tarde é uma fome danada, não tem nada para comer. Lá em casa a gente come pela manhã e depois a gente come o que consegue na rua. Saí dali, porque ela estava quebrando pedra, fazendo brita daquelas pedras maiores que ficam na superfície do terreno, aluvião, e fui à casa dela. Verdade! Encontrei uma caixa de papelão com cenouras velhas, moles, um horror.

Muito bem. Comecei a sair cantando pelo Brasil, assinei um contrato com a Sony e, em menos de dois anos, Senadora Heloísa Helena, eu tinha arrecadado de venda de CDs, shows, e direitos autorais, R\$10 milhões, que foram aplicados na fazenda Nova Canaã, onde já há três ou quatro anos 540 crianças têm ônibus, têm escola, não precisam trabalhar, vivem muito bem, graças a Deus.

Senhores, não era um Senador, era um cantor! Que consegue manter 540 crianças na escola, 100 hectares irrigados, dezenas de famílias assentadas. E o nosso Governo não consegue? Será que não podemos dar pré-escola, e foi exatamente a isto a que me ative na fazenda, pegar crianças de dois a seis anos porque não têm assistência do Município nem do Estado, nem do Governo Federal. Heloísa, temos 110 mil igrejas católicas neste País e 12 mil padres! Olha que coisa interessante: 100 mil igrejas católicas mas só 12 mil padres. A maioria das igrejas está sendo tocada por leigos.

(Interrupção no som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, prometo que completo no tempo que V. Ex.^a me permitiu, em um minuto. E 60 mil igrejas evangélicas! Ao todo, 160 mil templos. Quando é que enchem? Sábado, domingo ou quarta-feira à noite. Será que não temos prontas 160 mil creches para cuidar das nossas crianças? Claro que temos. Será que não temos? Claro que temos. Só no ano passado pagamos de juros cento e trinta bilhões, cento e onze bilhões para aqueles sete mil brasileiros e mais oitenta bilhões de superávit.

Sr. Presidente, desculpe-me em uma solenidade tão bonita fazer um desabafo, mas quero me ombrear com meus companheiros que com tanta dignidade e amor lutam todos os dias contra as desigualdades sociais do nosso País denunciando, falando isso aqui abertamente, prontos para o debate, querendo ser

convidados para discutir essas questões porque é a vida das nossas crianças que está em risco.

Termino dizendo o que disse Jesus: “Bem-aventurados aqueles que aceitam essas crianças porque quem aceita os pequeninos – e deles é o reino dos céus – aceita a mim”.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Quero agradecer ao cidadão servidor Senador Crivella por suas palavras e dizer que V. Ex^a trouxe aqui uma lembrança triste, mas importante.

O Brasil é vice-campeão mundial em concentração de renda, mas deve ser campeão em maus-tratos às crianças. Não diria em sofrimento porque há países tão pobres, tão pobres que talvez as crianças sofram mais do que no Brasil, mas sofrimento não é sinônimo de maus-tratos. Maus-tratos é quando você pode evitar e não evita. Sofrimento ocorre quando, muitas vezes, não se pode evitar.

Esta sessão foi convocada para tentar trazer esta preocupação para o Brasil. Foi convocada pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, pela Senadora Heloísa Helena, pela Senadora Serys Slhessarenko, pelo Senador Paulo Paim, pelo Senador João Capiberibe e por mim também. O que queremos é que sintam que há no Senado Federal um movimento de abolicionismo: ainda não completamos a abolição da escravidão enquanto criança trabalhar. Trabalho infantil é escravidão, e acreditamos que isso é possível abolir.

Agradeço a cada uma das personalidades que estiveram aqui e que são parte desta luta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – O Sr. Senador Paulo Paim enviou discurso à Mesa, alusivo ao presente evento, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tomo a liberdade de pedir às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que tentem imaginar a seguinte cena:

Uma criança brincando no tapete da sala de repente se depara com o jornal que o pai deixou jogado ao chão. Ela olha atentamente para uma fotografia e não consegue desviar seus olhos. A mãe ao perceber que a criança está muito quieta vai até a sala e vê seu filho olhando com muita atenção para uma fotografia de crianças, trabalhando em uma mina, completamente sujas, carregando baldes com pedras.

A mãe fica preocupada pensando em como vai falar com a criança sobre o que aquilo significa. Mas, as palavras da criança demonstram que não há como explicar o inexplicável. Seu filho diz: “Viu mamãe, eu

também queria brincar na rua, é muito mais legal, a gente se suja pra valer. Brincar em casa não tem graça”

A cena que eu pedi que os Srs. imaginassem, nos lembra que o trabalho infantil é uma coisa inaceitável, absurda! Nem passa pela cabeça de uma criança que outros seres do seu tamanho saiam para trabalhar, como seus pais fazem. Ela só consegue entender que aqueles outros pequenos estão brincando.

Em que momento o trabalho infantil passou a ser algo natural para os adultos, eu juro que não sei. Só sei que é vergonhoso!

O trabalho infantil é caracterizado como uma atividade e/ou estratégia de sobrevivência, remunerada ou não, realizada por meninos e meninas, menores da idade mínima estabelecida pela legislação nacional vigente, para incorporar-se a um emprego.

O “sustento conseguido” ou o “benefício” do serviço pode servir para si mesmo e/ou contribuir para manutenção do seu grupo familiar e/ou para apropriação de terceiros exploradores.

Dia 12 de junho nós lembramos o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. É lógico que melhor seria não termos registro de trabalho infantil em nosso País ou no mundo, melhor seria que não houvesse a necessidade do transcurso deste dia.

A partir de uma iniciativa da Organização Internacional do trabalho, desde 2002 nós registramos o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

O tema a cada ano é diferente. O ano de 2003 focou a exploração sexual de crianças e adolescentes. O ano de 2004 focou o trabalho infantil doméstico. Em 2005 a pauta é o trabalho infantil na mineração.

Ele é considerado uma das piores formas de trabalho infantil. Os riscos que as crianças correm, na saúde por exemplo, incluem doenças como: silicose, ruptura do tímpano, catarata, asfixia, infertilidade masculina e câncer.

O trabalho infantil traz sérios prejuízos à saúde física e psíquica desses meninos e meninas.

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI – sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, elaborou, junto com outros Órgãos e entidades, o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Conforme consta do site do Ministério do Trabalho e Emprego, o trabalho infantil é um fenômeno social presente ao longo de toda a história do Brasil.

Suas origens remontam à colonização portuguesa e à implantação do regime escravagista.

Crianças indígenas e meninos negros foram os primeiros a sofrerem os rigores do trabalho infantil em um país que, de início, estabeleceu uma estrutura de

produção e distribuição de riqueza com base na desigualdade social.

O processo de industrialização e o fato do Brasil ter se transformado em uma economia capitalista manteve estas estruturas iguais, obrigando o ingresso de grandes contingentes de crianças no sistema produtivo ao longo do século XX.

Dados do IBGE, de 2003, mostram que no Brasil, no período de 1995 até 2003 houve uma redução de 47,5% do uso de mão de obra infantil, o que significa que 2,4 milhões de crianças e adolescentes na faixa dos 5 aos 15 anos deixaram de trabalhar.

Mas os dados revelam também que o Brasil ainda tem 2,7 milhões de crianças e adolescentes explorados no trabalho infantil. Esse número representa 7,46% da população naquela faixa etária.

O diagnóstico do trabalho infantil que consta do Plano Nacional que citei antes, registra que entre os 10 e os 15 anos, do total de crianças e adolescentes brasileiros trabalhadores, a maioria (61,8%) trabalha sem receber qualquer remuneração.

Dentre os que são remunerados, 40,8% ganham até meio salário-mínimo por mês, enquanto 15,3% ganham até 1 salário-mínimo;

Dentre os que trabalham na faixa etária de 5 a 15 anos, cerca de 10,6% estão fora da escola.

As crianças e os adolescentes trabalhadores apresentam nível de escolarização inferior ao daqueles que não trabalham e estão com idade mais avançada para a série cursada;

Em termos absolutos, o maior número de trabalhadores infantis se encontra na Região Nordeste, que possui 1,1 milhão deles (37,1% do universo no Brasil)

Ser criança é viver um tempo de brincar e aprender, de estudo e lazer.

O Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas assinala que permanece preocupado com as disparidades no acesso escolar, frequência regular, com crianças que repetem o ano escolar ou que permanecem nas escolas pelo País.

Estas diferenças afetam principalmente as crianças pobres, as mestiças, as afros-descendentes e aquelas que vivem em áreas remotas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos da urgência de enfrentarmos o trabalho infan-

til. Diversos setores do Governo; a Frente Parlamentar pela Criança; organismos internacionais; representantes de entidades empresariais e de trabalhadores; setores religiosos; organizações da sociedade civil estão juntos nesta luta.

O nosso país é o único no mundo a adotar um Programa de Erradicação do trabalho Infantil, o PETI. Esse Programa quer retirar crianças e adolescentes, do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante.

Emprego não é para criança. Lugar de criança não é no trabalho.

A mineração não é tarefa para criança.

Não é justo submeter alguém que está iniciando a vida, que está formando sua personalidade a este horror sem tamanho.

O Termo de Compromisso para implementar políticas para eliminação do trabalho infantil em cada estado, foi assinado pelos 27 governadores e pelo Presidente Lula por ocasião da Caravana Nacional pela erradicação do trabalho infantil, realizada em 2004.

O Governo Federal assumiu compromisso de alcançar e retirar todas as crianças e adolescentes no trabalho infantil.

Os Governos são considerados os principais responsáveis na garantia de que os direitos sejam assegurados. Mas a responsabilidade não é só dos Governos.

Ela envolve também a família, a comunidade, instituições parceiras, políticas e programas nacionais e o ambiente de política macroeconômica.

Todos somos responsáveis. Vamos deixar que nossas crianças sejam crianças.

O cata-vento colorido é o símbolo do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Ele é símbolo do respeito à criança e à diversidade de raça e de gênero. Suas cinco pontas representam todos os continentes.

Se nós nos mobilizarmos como o cata-vento, se nós soubermos gerar energia como ele, crianças de todos os continentes poderão ser somente crianças.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 33 minutos.)

OS Nº 13461

ATO DO PRESIDENTE Nº 075, DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal,

R E S O L V E

Criar comissão constituída pela Senadora Patrícia Saboya Gomes e pelos Senadores Ramez Tebet e Wirlande da Luz, sob a coordenação da primeira, destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, dos projetos de lei sobre Reforma Política.

Senado Federal, em 09 de junho de 2005



SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2512 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores NILSON DA SILVA REBELLO, matrícula nº 2691 e, CARLOS ROBERTO STUCKERT, matrícula nº 3362, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009.121/05-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de junho de 2005.



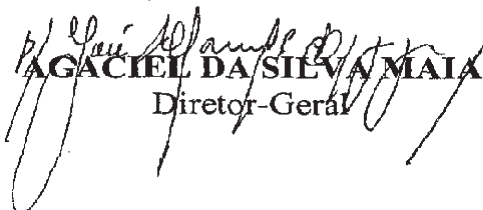
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2513 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009058/05-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **MARCO ROBERTO ALMEIDA RODRIGUES**, matrícula n.º 178072, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 09 de junho de 2005.

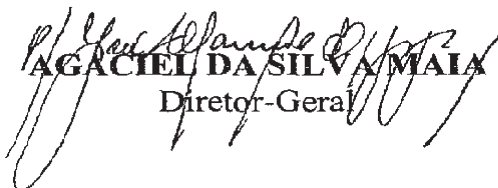

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2514 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008932/05-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ALDERLANE RIBEIRO AQUINO**, matrícula n.º 167931, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Arthur Virgílio.

Senado Federal, em 09 de junho de 2005.

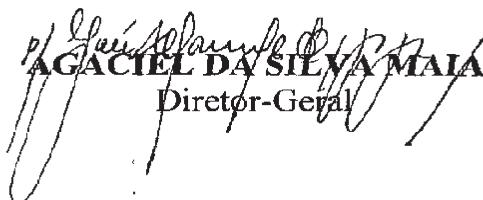

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2515 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008883/05-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RODOLFO AUGUSTO FELIPPE JORGE**, matrícula n.º 148262, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Luiz Otávio, a partir de 03/06/2005.

Senado Federal, em 09 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2516 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 008883/05-0 e 009038/05-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VIVIAN CABRAL PEIXOTO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Otávio.

Senado Federal, em 09 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2517, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009018/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VIVIANA IRIS PIMENTA CAMPOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2518, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009245/05-7**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **UGO DE BARROS BRAGA**, matrícula n.º 187462, do cargo, em comissão, de Assessor de Imprensa do Gabinete da Presidência do Senado Federal.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2519 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009245/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TAISA FERREIRA E SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência do Senado Federal.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2520 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009102/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MANOEL HELIO CORREA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2521 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009074/05-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JAINARA ALVES DA ROCHA**, matrícula n.º 177997, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, a partir de 02/06/2005.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2522 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009116/05-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ARI FERREIRA DA COSTA FILHO**, matrícula n.º 178783, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Sérgio Cabral.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2523 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009115/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA RODRIGUES SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Cabral.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2524 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009101/05-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ANTONIO SERGIO MALAQUIAS DE QUEIROZ**, matrícula n.º 171351, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2525 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009101/05-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **MARCOS ALESSANDRO MACHADO CLETO**, matrícula n.º 183808, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º. 2526 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.107/05-3**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2182, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3236, de 19/04/2005, que nomeou **SARA RIBEIRO DA SILVA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2527 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004663/05-5**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2226, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3237, de 19/04/2005, que nomeou **MARCELO MOREIRA BORGES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2528 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004731/05-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2021, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3228, de 06/05/2005, que nomeou **JOÃO DE SOUSA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2529 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008031/05-3,

RESOLVE dispensar o servidor EDILSON JOVINO DE ARAÚJO, matrícula 27967, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comissões, a partir de 19 de maio de 2005.

Senado Federal, 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2530 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CÁSSIO MURILO ROCHA, matrícula nº 52209 e, GIOVANI PEREIRA DO AMARAL, matrícula nº 50730, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 003.166/05-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2531 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUIZ FERNANDO SEVE GOMES, matrícula nº 10781 e, MARACO AURÉLIO BEHR DA ROCHA, matrícula nº 53214, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 008.685/05-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



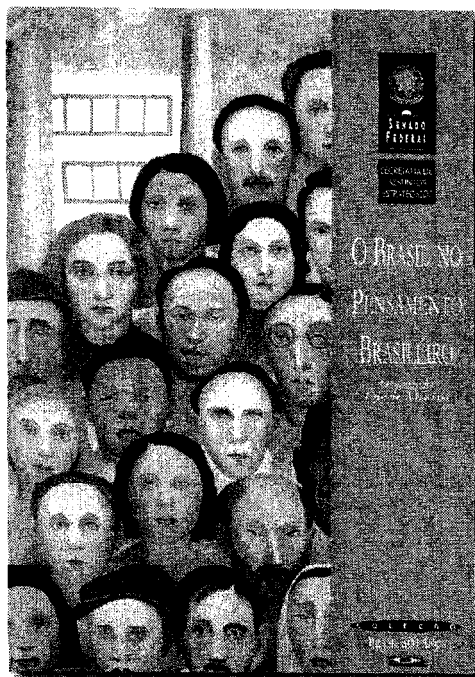
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djalir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 78 PÁGINAS